

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

22 DE FEVEREIRO DE 2013

No dia 22 de fevereiro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ATAS** – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012.
- 2- **PÚBLICO – 1.º Período de intervenção.**
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro;
 - 4.2- Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental;
 - 4.3- Proposta de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal;
 - 4.4- Proposta de Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional;
 - 4.5- Proposta de Regulamento do Banco de Voluntariado de Mirandela.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 54 presenças, pelo que o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 67 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, José Baltazar Aguiar, Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa, Otília Fernandes Lima, Adérito Joaquim Ferro Pires, António Joaquim Figueiredo, Fernando dos Reis Mesquita, Miguel Ângelo da Costa Fernandes, Maria Eduarda Neiva Rosa, Maria Odete Ferreira, Carla Sofia Caldeira Manuel de Sousa, Vasco Aníbal Saldanha, Vera Cristina Quintela Pires Preto, Márcio Paulo da Silva Filipe e Clara Maria Assunção Quental Silva.

Justificação de Faltas:

- José Baltazar Aguiar: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- Otília Fernandes Lima: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- António Joaquim Figueiredo: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- Fernando dos Reis Mesquita: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- Maria Eduarda Neiva Rosa: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- Maria Odete Ferreira: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- Vasco Aníbal Saldanha: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- Vera Cristina Quintela Pires Preto: sessão de 22 de fevereiro de 2013.
- Márcio Paulo da Silva Filipe: sessão de 22 de fevereiro de 2013.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, António José Pires Almor Branco, e os Vereadores Júlia Maria A. Lima Sequeira Rodrigues, João Maria Casado Figueiredo, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, José Assunção Lopes Maçaira, Manuel Carlos Pereira Rodrigues e Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Bom dia. Já temos quórum. Vamos dar início a esta sessão da Assembleia Municipal.

Os cumprimentos, em nome da Mesa, ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores, a todos os Senhores Deputados, aos Senhores Municípes e à comunicação social.

Peço ao Dr. Rui Magalhães para dar informação sobre a correspondência.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Bom dia a todos. Queria informar o plenário que foi necessário proceder a uma série de substituições:

- Patrícia Bernardo, substitui Baltazar Aguiar.
- Roger Heleno Lopes, substitui Maria Eduarda Rosa.
- José Alves, substitui António Figueiredo.
- Ricardo Garcia, inicialmente substituía Luís Sousa, que por sua vez foi substituído por Virgílio Tavares.
- Otília Lima, substituída por Sérgio Batista.
- Odete Ferreira, substituída por Manuel Beça.
- Fernando Mesquita, substituído por Elisa Morais.

Pediram também justificação de falta, não tendo sido possível efetuar a substituição, na medida em que só tivemos conhecimento ontem que estes Deputados faltariam a esta sessão da Assembleia Municipal:

- Vera Preto e Vasco Saldanha.

Em relação à correspondência recebida, temos apenas um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente à reunião do Conselho Geral da Associação Nacional, que teve lugar no dia 30 de Janeiro de 2013.

Queria também prestar uma informação, não muito positiva, mas exige-se que os Deputados municipais tenham conhecimento da alteração introduzida pelo orçamento de Estado de 2013, relativamente ao Decreto-lei n.º 106/98, de 24 de Abril, no seu artigo 6.º, que passa a dizer assim:

“Só há direito ao abono de ajudas de custo, nas deslocações diárias, que se realizem para além de 20 km do domicílio necessário e nas deslocações por dias sucessivos, que se realizem para além de 50 km do mesmo domicílio.” Antes,, estes valores eram de 5 km e de 20 km.

Na prática, o que é que significa? Que não vão ter direito a abonos de ajudas de custo todos os Deputados municipais que residam a menos de 20 km, num só sentido, porque nos dois sentidos seriam 40 km. Portanto, não se admirem se não virem na conta este valor a partir desta altura.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de fazermos a apreciação e a votação do primeiro ponto (discussão e votação da ta), queria informar os Senhores Deputados, para três pequenas comunicações:

A primeira, como já puderam ver, temos hoje um mecanismo para controlar o tempo das intervenções de cada Senhor Deputado. Foi uma modalidade que vimos na Assembleia Municipal de Aveiro, onde estive recentemente e onde pude participar, a convite, numa Assembleia Municipal de Jovens. Devo dizer-lhes que foi muito bem organizada e com muito boa assessoria. Houve boa participação de todos os miúdos, em idades até à adolescência, e fiquei admirado.

A Assembleia Municipal de Mirandela também tinha o hábito de convidar os jovens a participar e era importante repetir essas experiências e dar voz aos jovens.

Resolvemos colocar este mecanismo digital porque nem sempre o diálogo, em relação à imposição das normas regimentais era bem acolhido pelos Senhores Deputados.

Dizer-lhes também que está a ser distribuída uma carta que tem em vista recolher elementos para fazermos um registo histórico da nossa Assembleia. Não é nada de novo. É um procedimento que nós já vimos e estamos a copiar doutras assembleias no país. Tal demonstra não apenas a vitalidade que nós temos introduzido mas também, ao mesmo tempo, a procura permanente de dignidade e de funcionalidade da nossa Assembleia.

Espero que todos os Senhores Deputados possam prestar essas informações elementaríssimas, com duas ou três perguntas no final, sobre o que pensam da nossa Assembleia, podendo assim dar um contributo a nível nacional, do que é, como funciona e do que representa a Assembleia Municipal desta cidade do Nordeste Transmontano, que é a nossa terra.

Recordo que no ano passado uma comissão desta assembleia fez uma visita às Unidades de Saúde de Mirandela, cujo relatório foi aprovado pelas partes que representavam os partidos municipais. Isso foi divulgado, não apenas numa das sessões da nossa Assembleia, mas também distribuído e publicado nos jornais. Na sequência disso, tenho feito esforços junto do Conselho de Administração dos Hospitais do Nordeste para que nos forneçam dados sobre a situação atual, da dificuldade ou da facilidade, no acesso às listas de espera das diferentes especialidades médico-cirúrgicas. Julgo que a assembleia tem que estar atenta a isso.

Para aqueles que recordem, que memorizem ou que possam reler esse relatório, foi-nos dito que decorridos três meses depois desta visita, as listas de espera deviam estar regularizadas, em tempos moralmente aceitáveis.

Devo dizer-lhes que no esforço pessoal telefónico não obtive resposta. E no que respeita à pergunta escrita, também ainda não tive. Deve ser um Conselho de Administração que está muito ocupado na procura da resolução dos problemas dos nossos concidadãos, naturalmente na procura de algum médico especialista de diabetes que os nossos nordestinos continuam a não ter e que poderá ser bem pago porque ao que parece é um conselho hospitalar que paga muito bem.

Feitas estas informações aos Senhores Deputados, passamos à ata.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

Presidente da Assembleia Municipal:

Os Senhores Deputados receberam a ata. Não registamos qualquer pedido de esclarecimento. Vamos votá-la. Quem vota contra? Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Bom dia a todos. O resultado da votação, foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 4

A favor, 50

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a ata da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012.
--

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Atenção aos Senhores Municípios que eventualmente estejam presentes e que queiram usar da palavra e fazer alguma comunicação ou pedido de esclarecimento à Mesa.

Faça o favor de se aproximar, de se identificar e tem cinco minutos para usar da palavra.

Município, Senhor Wanderley Conceição Antunes:

Primeiramente, muito bom dia a todos. Sou aluno da EPA-Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais. Venho cá a apresentar uma carta aberta, feita pelos alunos, para um concurso que se irá realizar em Bragança, "Euroscola." Caso vencemos em Bragança, podemos ter a participação em Luxemburgo.

Caros Senhores da Mesa, caros Presidentes e Senhores Deputados.

Estamos aqui hoje, como vós sabeis, para debater um tema muito importante na atualidade, que é: Os Jovens e o emprego...que futuro?

Portugal e o mundo estão em crise, como todos nós sabemos e do jeito que as coisas estão não nos parece que vá mudar tão facilmente. Mas temos que acreditar que as coisas hão-de mudar! Temos que acreditar nisso!

Mas logo surge uma questão...mudar como?

E dizemos mais...esta solução está na mão de todos nós. Todos nós temos o dever cívico de fazer as "coisas" caminharem para melhor!

Devido a esta epidemia, todos nós, e principalmente os jovens é que estamos a ser os mais prejudicados. E não devemos mais continuar assim, vamos lançar mãos à terra e quando dizemos terra, estamos-nos a referir precisamente à Agricultura.

A Agricultura, como todos sabemos, desde o aparecimento do homem, foi a base da sua sobrevivência e posso dizer que vivia bem, não precisava de muito.

Caros senhores (as) da União Europeia, é da terra que sai toda a riqueza. Se hoje temos estas cadeiras, este palco, damos graças à agricultura, porque alguém plantou a árvore, que por sua vez está em forma de cadeiras.

Nós somos jovens e sabemos muito bem o que se passa na cabeça de todos os jovens, partilhamos experiências, saberes e ideias sociais e políticas. Quando se diz para um jovem “vamos trabalhar na agricultura”, muitos deles dizem logo “não”, não quero trabalhar nesta área, porque é um trabalho muito pesado, sujamo-nos com a terra e o rendimento aparece muito tarde. Na época de verão faz muito calor e no Inverno está muito frio e não devemos trabalhar nessas condições. O que muitos querem é trabalhar nos gabinetes onde há computadores, onde possa ter mais conforto.

Neste sentido, propomo-vos a vós, Senhor Presidente da Mesa e Senhores Deputados da União Europeia, que deverá ser feita uma campanha muito intensiva por parte do Ministério da Agricultura, para que se possa tirar dos jovens este péssimo pensamento.

Só para ficarem com uma ideia, em Portugal, só 2% dos jovens é que se encontram a trabalhar nesta área. Atualmente, poucos são os jovens que encontramos a trabalhar na agricultura e por isso esta prática tem estado a diminuir bruscamente. Acima de metade têm mais de 65 anos e muitos com formação abaixo do ensino básico. Na União Europeia, a média anda à volta de 6%. Se na UE a média é baixa, em Portugal ainda é mais baixa. É uma razão pela qual pusemos em foco em que todo o tipo de política pública dê sempre prioridade ou concentre apoios para jovens, para fazer um contraciclo desta tendência.

E muitos estão a abandonar a zona do interior para ir para a cidade, onde a taxa de desemprego tem estado a aumentar já há muito tempo, pois na cidade não há empregos para todos. Mesmo uma pessoa com um doutoramento, tem cada vez mais dificuldade em encontrar um espaço no mercado do trabalho e aqueles que vão tentar a sua sorte, muitas das vezes não têm como sobreviver ali e para conseguir isso, entram na droga, no vandalismo, etc.

É também de se considerar que um jovem para criar um negócio na área da agricultura, muitas vezes não tem como, nem por onde começar. Assim, defendemos que a União Europeia deva ter uma participação, um contributo muito importante e proativo nesta área.

Como? Financiando, fazendo propostas, criando medidas de incentivo ao empregadorismo agrícola, apostando na formação desses mesmos jovens que queiram trabalhar nesta área e também faria sentido envolver o governo de cada país, conjuntamente com as organizações cooperativas e de produtores, escolas e universidades.

Pois, há muitos jovens com formação, mas não têm terras e/ou não têm dinheiro.

Esta poderá ser uma maneira de ganhar escala na economia nacional e europeia para fazer face aos desafios do mercado globalizado.

Caros Senhores Deputados da União Europeia, a agricultura deverá ser uma forte e séria aposta enquanto via para podermos conseguir sair desta crise e vencer o problema do desemprego.

“Temos a faca e o queijo na mão, é só cortar e comer.”

“Deus deu-nos a terra para podermos semear e mais tarde poder colher.”

Mas atenção: “Podemos usufruir dela, mas não abusar.”

Não se esqueçam: a terra dá-nos tudo que precisamos e graças a ela é que cada um de nós está aqui presente. É da terra, é da agricultura que saem as nossas refeições do dia-a-dia. Não podemos esquecê-la.

Vamos apostar numa agricultura empreendedora...pensem nisso, senhores (as) da União Europeia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ô Senhor Município faça o favor, diga aqui aos Senhores Deputados qual é a sua nacionalidade.

Município, Senhor Wanderley Conceição Antunes:

Chamo-me Wanderley da Conceição Antunes, sou de S. Tomé e Príncipe.

Presidente da Assembleia Municipal:

Há mais algum Senhor Município que queira intervir? Não está.

O Senhor Presidente quer fazer algum comentário à intervenção deste jovem S. Tomense?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero fazer apenas uma natural e profunda saudação ao apelo aqui trazido por este jovem. Saudar não só a iniciativa de cidadania mas também a mensagem que ele aqui transmite e associar-me ao apelo que ele realiza.

Presidente da Assembleia Municipal:

Aproveito para dizer que é de louvar a circunstância em que um jovem estrangeiro de um país de língua portuguesa vem até nós e demonstrar que é conhecedor da realidade dos empreendimentos e investimentos na nossa terra. Também aproveitava para pedir ao Senhor Presidente se me facilitava a aproximação com a Escola de Hotelaria. Uma vez que representando eu no Porto em questões diplomáticas

um país africano, teria o maior interesse e o dever de colocar os nossos serviços à disposição desses jovens que estão aqui em Mirandela. Vamos passar então para o período “Antes da Ordem do Dia”

Pedia o favor dos Senhores Secretários registarem os pedidos para usarem a palavra.

PONTO 3 – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Secretário da Assembleia Municipal. Humberto Cordeiro:

Inscreveram-se os seguintes Senhores Deputados:

Fernanda Cerqueira, Patrícia Bernardo, Alzira Ramos, Jorge Pereira, Pedro Fonseca, Carlos Fraga e Marisa Aranda.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa é um pouco generosa. São 9 minutos para cada Senhor Deputado.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia a todos.

Gostei muito da intervenção que acabámos de ouvir. Falava do desemprego e é esse um dos problemas que nos está a afetar e é também esse o tema que me traz aqui. As empresas a fecharem e o desemprego a aumentar, é uma preocupação, penso que, de todos nós.

Toda a gente fala de números e mais números, dinheiro a mais e dinheiro a menos e andamos todos iludidos com o imediato, sem nos preocuparmos com os danos colaterais que este flagelo acarreta.

Quando falamos de desemprego, esquecemo-nos que, mais do que números, estamos a falar de pessoas. Pessoas que só queriam viver uma vida com dignidade. Ganhavam pouco - no caso dos desempregados de Mirandela – mas desse pouco faziam muito e faziam uma família feliz.

Pessoas que com suor e esforço, educavam os seus filhos, com pouco dinheiro talvez, mas com muita dignidade, paz e harmonia.

Os desempregados, estes desempregados, são pessoas que se levantavam todas as manhãs para trabalhar, pessoas que gostavam de ter horários para cumprir, pessoas que se sentiam úteis, pois quem trabalha ganha energia interior para produzir.

Nesta Assembleia de hoje vamos aprovar regulamentos para apoiar iniciativas empresariais, para incentivar ao comércio tradicional e até para o banco solidário.

Mas estes desempregados, meus senhores, estas pessoas precisam de mais. Não querem ser tratadas como coitadinhas, não querem ser obrigadas a mendigar uns subsídios ao Centro de Emprego ou à Segurança Social.

Estamos a caminhar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para um drama humano, com consequências imprevisíveis porque não estamos a falar só da falta de salários. Para estas pessoas o drama é muito maior.

Estamos a falar de pessoas, de famílias com crianças, de crianças que precisam de um ambiente harmonioso no seu lar, crianças que vão à escola. Algumas mais crescidas ambicionam “sim”, ambicionam, ou “ambicionavam”, ir para a universidade.

Estamos a falar de famílias em que lhe foi tirada a estrutura, a bengala. Ficaram sem base, sem chão nenhum. Será que há afetos que possam resistir a tudo isto?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estas pessoas precisam de ajuda, da nossa ajuda. Nossa ajuda enquanto instituição, nossa enquanto cidadãos.

Mesmo não podendo dar emprego...eu sei que isto é uma utopia, eu sei, mas mesmo não podendo inventar empregos, estas pessoas precisam de arranjar uma ocupação. Estas pessoas precisam de ser apoiadas na resolução dos seus problemas, que são tantos. Nos problemas do seu dia a dia, não precisam de esmola, mas sim de apoio técnico, ajudando-os a resolver os seus dilemas pessoais e sociais.

Sem ocupação, as depressões aumentam, os suicídios também. Saúde a piorar.

Sem dinheiro e com muitas dívidas, os roubos aumentam, segurança a piorar. Com tudo isto, a instabilidade familiar aumenta e por consequência, a indisciplina, quer familiar, quer escolar, aumentam. Escola e educação a piorarem; saúde a piorar; segurança a piorar; educação a piorar...o que vai piorar ainda mais?

O drama do desemprego, é um drama que políticos e governantes tendem a desvalorizar neste momento, mas para as consequências, ninguém de nós está preparado e o pior ainda vem a seguir.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é tempo de parar e refletir. É tempo de ver mais além, é tempo de parar, escutar e só depois agir.

Deputada Municipal Patrícia Bernardo (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito bom dia a todos.

Antes de mais, uma saudação especial aos jovens estudantes da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural que hoje aqui estão presentes: a Ana Gonçalves, o Wanderley Conceição e o Tiago

Cardoso. Fazem parte do grupo de representantes de Mirandela ao Parlamento dos Jovens na Sessão Regional que se vai realizar no dia 05 de Março.

Hoje brindam-nos com a sua presença para aprofundar conhecimentos sobre o formato parlamentar e oxalá a nossa mui nobre Assembleia seja capaz de uma lição de excelência, em termos de democracia.

Em relação ao assunto que me traz aqui hoje, serei breve.

Senhor Presidente da Câmara, como já foi informado, inclusive, eu coloquei um vídeo na sua página do facebook no passado dia 12 de Fevereiro. A zona agrícola de Torre D. Chama, à semelhança de muitas outras no nosso concelho e arredores, sofreu um duro golpe com as intempéries de Janeiro passado.

Os caminhos rurais tornaram-se intransitáveis e há até a derrocada de parte de um pontão rural, que liga duas zonas agrícolas bem cuidadas, “a Pombeira e o Gandarado”, junto à ribeira de Macedo, em Torre D. Chama.

Venho por este meio questionar se esta situação já se encontra resolvida e quais os trâmites que os proprietários e os agricultores devem diligenciar para resolver as questões semelhantes, pois fizeram-se denúncias junto da freguesia de Torre D. Chama e foram informados que esta situação é de resolução camarária. Junto da Câmara, é dito que não será bem assim. Em que ficamos?

É urgente que esta situação se resolva pois urge iniciarem determinados trabalhos agrícolas e as futuras colheitas podem estar em causa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Segue-se no uso da palavra o Senhor Deputado Pedro Fonseca.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados e comunicação social.

O assunto que me traz aqui, para além de outros, também tem a ver com o desemprego.

Só no mês de Dezembro, 125 pessoas perderam o emprego no nosso concelho. O IIEFP colocou apenas 8 desempregados no mercado de trabalho.

No nosso concelho a população jovem continua a ser flagelada por esta chaga social, de forma ainda mais violenta. Mais de 250 jovens, com menos de 25 anos, estão desempregados.

A população com mais qualificações continua a ser desperdiçada e abandonada por este Governo e esta política, como comprovam os mais de 230 licenciados deste concelho, que se encontram em situação de desemprego. Uma prova que o Governo PSD/CDS/PP continua a não ser capaz de aproveitar todo o conhecimento, criatividade, energia e disponibilidade dos portugueses, apontando apenas a emigração para saída para quem aspira a uma vida digna.

No final de 2010, o desemprego em Mirandela era de cerca de 15,7%. No final de 2011 era de cerca de 17% e no final de 2012 atingiu um valor de quase 19%, bem acima da média nacional.

Ainda esta semana tive a oportunidade de conhecer a realidade e o drama do desemprego. Estive à conversa com os trabalhadores da Mirmar, em Mirandela, que se encontravam numa vigília, à porta daquela empresa, com apenas uma fogueira para se aquecerem. Mais uma empresa para fechar no nosso concelho, mais 65 trabalhadores, cada qual com a sua família, cada qual com os seus compromissos, cada qual sem emprego ou que lhes garanta o pão para pôr na Mesa, os filhos na escola e os tratamentos de saúde necessários. O Senhor Presidente tem conhecimento desta situação? Que medidas e diligências pensa tomar para defender aqueles postos de trabalho e salvaguardar os interesses daqueles trabalhadores e daquelas famílias?

Em seguida, queria apresentar uma moção, sobre a proposta de alteração da Lei das Finanças Locais.

“Considerando que a Constituição da República Portuguesa consagra designadamente, que *“o regime das finanças locais visará a justa repartição dos recursos públicos, pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correção das desigualdades”*, o que ficou registado na primeira Lei das Finanças Locais, Lei 01/79, que correspondeu a um importante progresso na autonomia financeira das autarquias, seja quanto ao montante global da receita, seja no estabelecimento de critérios objetivos da sua distribuição pelos municípios e na simplificação do processo de transferência, seja da proibição da existência de quaisquer formas de subsídio ou de comparticipação, combatendo a distribuição discricionária e só para alguns.

Considerando que, no entanto, o pendor centralista dos sucessivos governos e a sua resistência ao cumprimento da autonomia financeira das autarquias conduziu a três décadas de conflito e de sucessivos incumprimentos, o que só foi travado com a luta persistente das autarquias, do que são exemplo a Lei 01/87 e a Lei 48/98, embora com insuficiências e recuos, face à primeira Lei das Finanças Locais, mas depois, novamente agravado com a lei 02/2007, que ainda está em vigor e que constitui um rude golpe contra a autonomia financeira das autarquias locais.

Considerando que esta evolução negativa do regime das finanças locais, com o conjunto de constrangimentos que a acompanha, é o resultado das opções neoliberais e das principais concepções que as dominam: redução do papel do Estado, desinvestimento público, alienação de funções e serviços públicos, oneração crescente, sobre as populações.

Considerando que desde 2010 se entrou numa nova fase de total arbitrariedade e violação do regime de finanças locais, usando como pretextos a redução do défice e o dito memorando de entendimento, entre

as troikas nacionais e estrangeiras, o que conduziu a novas reduções nas transferências para as autarquias locais. Em 2010, foram reduzidas a meio do ano, em 100 milhões de euros nas verbas inscritas no Orçamento de Estado para este ano. Em 2011, em 245 milhões de euros, menos 227 milhões de euros para os municípios e menos 18 para as freguesias. Em 2012 e 2013, novas reduções, que correspondem a 0,1% do PIB, o que fará com que em 2013, haja menos 480 milhões de euros inscritos no Orçamento de Estado, relativamente a 2010.

Considerando que está já agendada na Assembleia da República uma nova proposta de lei, para alterar a Lei das Finanças Locais, a qual pretende a total liquidação da autonomia financeira das autarquias locais, que por exemplo: em termos financeiros, a proposta reduz de 25,3 para 18,5, a participação dos municípios na partilha de recursos públicos e de 2,5, para 2%, a participação das freguesias. Elimina o IMT, enquanto receita de imposto devida aos municípios, nas transacções imobiliárias e cria um fundo de apoio (FAM) de resgate de municípios em falência, que os outros municípios terão de pagar, desviando verbas que eram para todos.

No plano de autonomia, com diversas propostas, incluindo a possibilidade de serem estabelecidos pela via da Lei do Orçamento de Estado, limites adicionais à dívida total autárquica, fixação de limites adicionais à assunção de atos que determinem encargos financeiros, novas reduções dos montantes, que resultariam na aplicação da lei, face a situações ditas excepcionais, como o cumprimento das regras do Pacto de Estabilidade “PEC”. Novas restrições na área do financiamento municipal, perante terceiros e mais ingerências do governo, incluindo na retenção das verbas do FEF.

Considerando que uma nova lei das finanças locais com base nesta proposta agravaria ainda mais a situação do município de Mirandela, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 22 de Fevereiro de 2013, delibera:

1.º - Pronunciar-se contra a nova proposta de lei das finanças locais, recentemente apresentada na Assembleia da República, por ser um verdadeiro atentado à autonomia das autarquias locais.

2.º - Apelar aos Deputados de todos os grupos parlamentares, que defendam o poder local democrático e a autonomia financeira das autarquias, rejeitando esta proposta de lei, quando for votada na Assembleia da República.

3.º Divulgar e denunciar publicamente o grave conteúdo desta proposta de lei e o perigo que representa para as autarquias locais, que ficariam com mais dificuldades de responder aos problemas das populações, sem os adequados meios financeiros.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito bom dia.

Começo por saudar também os cidadãos que estão na plateia, jovens estudantes, que hoje nos brindaram. Tive oportunidade de assistir a parte da sua intervenção mas percebi muito bem o sentido da mensagem e por isso os meus parabéns e motivação para continuar com esse raciocínio de pensamento para o futuro.

Cumprimento também o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e os distintos Vereadores em regime de permanência. Uma saudação muito especial, pela primeira vez nesta Assembleia, para a Senhora Vereadora “Deolinda Ricardo”, pessoa que já conheço e por isso é bem vinda. Naturalmente que saúdo também os outros Senhores Vereadores em regime de não permanência.

Senhores Deputados, já se falou aqui sobre vários fatores, sobre vários números que a todos afligem e eu queria fazer esta minha intervenção, baseando-me no artigo 18º, n.º 2, do Regimento desta Assembleia Municipal, que visa tratar de assuntos gerais de interesse para o município e por consequência para os cidadãos.

Para falar sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis, que foi aprovado pelo Executivo, com a abstenção do CDS/PP e com os votos contra dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, em reunião de Câmara de 27 de Agosto de 2012 e que acabou por ser retificada nesta Assembleia Municipal, com o mesmo sentido de voto, votos favoráveis do PSD, dos Senhores Presidentes de Junta, com oposição dos Senhores Deputados do Partido Socialista e com a abstenção dos Senhores Deputados do CDS/PP.

As pessoas agora começam a aperceber-se que os nossos bolsos ficam cada vez mais vazios, dada a contingência financeira que estamos a viver e cada vez mais as situações de carência económica em que nos encontramos.

A própria Repartição de Finanças, a Autoridade Tributária Aduaneira, têm vindo a notificar os vários proprietários de imóveis, a partir de gabinete, tentando valorizar, atribuindo um novo valor patrimonial tributário, aos imóveis e em muitos casos isto é aberrante, porque aparecem avaliações que subiram, 3, 4, 5 vezes e mais. E há imóveis que hoje em dia até estão em ruínas, que ninguém se preocupa de ir ao local ver o seu estado de conservação.

Também os imóveis que estavam omissos, por exemplo, um imóvel que tivesse sido participado em 1998, depois em 2000 foi inscrito e foi-lhe atribuído determinado valor patrimonial. Agora, com estas notificações, acontece que pelo simples facto do imóvel ter estado omissos há mais de cinco anos e ter sido participado em 1998, o imóvel podia ter, 50, 60, 70, 80 anos, as Finanças consideram-no agora como que seja um imóvel novo.

Fica então este alerta, nomeadamente nessas notificações. As pessoas se não reclamaram deviam ter reclamado, que ainda há notificações a decorrer dentro de 30 dias, insurgindo-se contra estas situações injustas.

Para rematar esta minha intervenção final, no seguinte: dadas as circunstâncias atuais, dizer e alertar, principalmente os Senhores Presidentes de Juntas, que têm uma grande obrigação para com quem os elegeu, de elucidar as pessoas, de dar conhecimento dos direitos que elas têm.

Dizer aqui que qualquer pessoa carenciada, qualquer agregado familiar, que apenas tenha um rendimento anual de 12.911,00 euros e que seja proprietário de um imóvel que não ultrapasse os 58.690,00 euros, esse agregado familiar, tem todos os requisitos necessários que a lei contempla, para ao abrigo do artigo 48º, poder pedir a isenção do pagamento da contribuição autárquica.

Houve esse senão da parte do Executivo PSD, de ter estabelecido a taxa de 0,6%, quando poderia ter ido para o valor mínimo de 0,5%.

Há também o senão da parte da Autoridade Tributária Aduaneira, de mexer cada vez mais, no bolso de todos os cidadãos.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Exm.º Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, comunicação social, meus Senhores e minhas Senhoras.

Na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 14 de Janeiro de 2013, o Senhor Vereador Arquitecto Nuno Sousa, chamou a atenção do Senhor Presidente para o facto de Mirandela ser a 7.ª pior Câmara do país, em matéria de prazos de pagamentos de dívidas, em 308 municípios.

Nessa reunião de Câmara, perguntou este Senhor Vereador: o que é que vocês andaram a fazer este tempo todo? Estão há mais de uma década na governação desta autarquia e ultimamente com a Presidência da Câmara, noutras horas e com outros lugares.

Perguntou também como foi possível vocês rebentarem financeiramente com a autarquia. Julgo não ser tão importante para os Mirandenses, saber o que foi feito pela Câmara Municipal de Mirandela, para o município atingir este lugar no pelotão da frente, como saber qual a estratégia que este município tem, adoptou ou vai adoptar, em matéria de rede social do concelho e em matéria de estímulos à economia local, para pouco a pouco, abandonar este sétimo lugar.

Compreendo que a Câmara Municipal, tenha uma estratégia de saneamento financeiro e compreendo também que as dificuldades de tesouraria e de pagamentos a fornecedores de bens e serviços, resulte de estratégias erradas do passado, embora validadas eleitoralmente. No entanto, o que não compreendi até ao momento, é a estratégia desenvolvida pela Câmara Municipal, para se reduzirem as demoras no pagamento das contas a fornecedores.

Não tenho dúvidas que o município quer ser uma pessoa de bem e que até haverá algum empenho do Senhor Presidente em resolver os problemas que herdou do anterior, ainda que do mesmo partido.

Pergunto: qual é a estratégia da Câmara Municipal para melhorar os termos de pagamento do município? Ou será que esta não é uma questão importante para o estímulo da economia local?

Finalmente, na minha opinião, as reuniões de câmara deviam discutir matérias úteis e verdadeiramente importantes para a vida dos Mirandenses, assim como as da Assembleia. Discussões acerca de convites para eventos, cães assilvestrados, ou estacionamento na Cocheira, nada contribuem para o estímulo da economia local.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Exm.º Sr Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Exm.ª Assembleia Municipal.

Não é muito do meu agrado iniciar a minha participação com um assunto que aqui tinha já abordado. Contudo, tendo em conta a resposta do Senhor Presidente da Câmara à minha intervenção na anterior reunião sobre o desenvolvimento turístico da Região, em particular no Concelho de Mirandela, nomeadamente, na vertente do turismo cultural, para o qual Mirandela estaria mais vocacionada, entendo iniciar esta intervenção, referindo-me precisamente, à resposta então obtida.

Disse então o Senhor Presidente da Câmara Municipal: *“nos outros Concelhos, as pessoas são surpreendidas com a capacidade de Mirandela em atrair pessoas ao fim de semana, não apenas pelo ambiente, mas também pelos eventos aqui realizados”*

Concordo. Mirandela, em alguns fins de semana, tem um número apreciável de visitantes. Só que, tentar confundir tais visitantes com turismo, ou até com turismo cultural, há uma distância muito grande. Não obstante, mantenho as preocupações manifestadas, porventura, mais preocupado ficarei. É que pelos vistos, o Executivo Municipal, confunde Turismo com Excursionismo, pois são realidades com consequências bem diferentes.

Excursionista, é um visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência com finalidades próximas das actividades turísticas. É também o visitante de apenas um dia.

Turista é o visitante que se desloca voluntariamente por um período superior a 24 horas para local diferente da sua residência e do seu trabalho. Tem conseqüentemente necessidade de pernoitar.

Em face desta confusão, ou na tentativa de fazer acreditar no suposto desenvolvimento turístico, sou levado a questionar a forma como os destinos de Mirandela vêm sendo dirigidos, tentando confundir para não dizer enganar, anunciando permanentemente, para jamais concretizar o que quer que seja. Quantas vezes até vimos o Município apropriar-se de vitórias de Mirandela para as quais muito pouco contribuiu.

Obras emblemáticas em diversas áreas e que refuto de fundamentais, as quais seriam as obras do regime, quantas vezes anunciadas, nunca passaram disso mesmo, senão vejamos:

Por exemplo, no campo desportivo, a maquete do complexo desportivo, teve honras de apresentação pública, só que subitamente, saiu de cena.

Posteriormente, quem não se lembra da novela em torno da doação de alguns hectares de terreno com vista à construção de um grande e moderno complexo desportivo. Contudo, o que verdadeiramente estava em causa seriam as eleições dos Órgãos Sociais do SCM e não tanto a construção do complexo desportivo.

Já agora, vale a pena lembrar que em algumas cidades do interior do País as suas modernas infra-estruturas desportivas conseguiram acolher estágios e até jogos das selecções nacionais de futebol.

Na educação, foi anunciado o negócio dos terrenos destinados ao Centro Escolar. É público o estado de degradação da Escola Secundária. Contudo, do Centro Escolar não temos notícias.

O Centro de Artes de Mirandela, bem como os pavilhões multiusos do Romeu e Carvalhais, não passaram do cartaz eleitoral. Não obstante, hoje todos dirão que ainda bem! É que além dos sempre úteis postos de trabalho que supostamente criariam, e o que isso representaria em termos eleitorais, mais complicada estaria hoje a situação financeira do Município.

No domínio da economia, que é feito do projecto do parque tecnológico, com valências de agropolo e incubadora industrial, entre outras?

Na saúde, quem não se lembra daquela cerimónia com pompa e circunstancia neste auditório, em torno do protocolo com vista ao rasteio do cancro do colén? Será que algum dia se passou das palavras aos actos?

Ainda nesta área, dizem-nos que o Hospital Terra Quente, do qual o Município é accionista, vai servir de complementaridade ao Hospital público. Eu partilho mais da ideia de que vai contribuir para a progressiva despromoção dos serviços prestados por este último com todas as conseqüências que daí advêm, nomeadamente para as populações mais vulneráveis.

E que dizer daquela campanha de promoção, a tal marca chapéu, "Mirandela, qualidade superior". Como se esta não bastasse, houve depois, uma ideia ainda mais brilhante e até mais romântica "O amor está no ar".

Como seria interessante aferir a relação custo/benefício de todo este marketing panfletário.

E o acesso oeste a Mirandela, tantas vezes em fase de estudo e projecto e outras tantas adiado. Não seria um importante contributo para a promoção de Mirandela? Ainda há bem poucos dias, um Presidente de Junta de Freguesia do Concelho de Valpaços me dizia que o acesso oeste a Mirandela é uma vergonha para aquela Terra.

Senhor Presidente da Câmara, a falta desta obra, a abertura ao trânsito do IC5, aliada às dificuldades que actualmente vivemos devem ser motivo de preocupações, nomeadamente quanto ao que isso poderá representar de excursionistas a deixarem de passar por Mirandela. Por muito que nos custe admitir, estas centenas de pessoas, nomeadamente no período das amendoeiras em flor, o seu destino primeiro, não é Mirandela, mas sim a região do Douro superior: Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, entre outros.

E que dizer das concessões de alguns dos equipamentos Municipais a determinadas entidades privadas? Será que os interesses públicos foram suficientemente bem defendidos e acautelados?

Eu sei, todos sabemos, que ninguém tente fingir que não conhece, fruto de toda esta política levada a cabo durante todos estes anos, que eu designo de "marketing panfletário" tendo em vista ganhar eleições a qualquer preço conduziu Mirandela a um futuro muito preocupante.

Já agora, duas questões muito concretas e objectivas:

O que se passa com as obras do Museu da Oliveira e do Azeite? Pelo que se constata, as obras permanecem paradas. Qual é a data prevista para a sua conclusão?

E a ideia da Musealização do lagar de São Miguel. O que é que lhe aconteceu? Está definitivamente arrumada?

E os projectos de ampliação e melhoria dos equipamentos das praias fluviais de Vale de Juncal, Contins, Frechas, Quintas, Guribanos, Miradeses, Carvalhais e latadas, foram abandonados?

O Senhor Presidente da Câmara não o foi nos últimos 15 anos mas foi, isso sim, co-responsável por esta gestão Municipal que nos conduziu até aos dias de hoje.

Gestão que levou o Concelho de Mirandela, tal como o demonstra o trabalho elaborado por um Professor da Universidade da Beira Interior, sobre o desenvolvimento sócio económico, a um lugar que a todos verdadeiramente nos entristece.

Vale a pena lembrar que este documento foi elaborado tendo por base 48 variáveis sócio económicas.

Documentos semelhantes há já alguns anos atrás, destacavam Mirandela no panorama regional e até nacional, sendo que todos nos sentíamos lisonjeados.

Hoje, face à última publicação, elaborada no 4º trimestre 2012, temos mais que motivos para nos sentirmos altamente preocupados.

No ranking dos 308 Municípios Portugueses, Mirandela passa do número 175, para o número 224, ou seja, com nota inferior a Mirandela, temos apenas 84 Municípios. Este estudo é algo que a todos nos deve merecer profunda reflexão.

Se outra comparação não existisse, bastaria levar em conta, o posicionamento de Mirandela em 11º lugar no âmbito dos 12 Municípios do nosso Distrito. No distrito de Bragança, apenas um Município, tem um nível de desenvolvimento inferior a Mirandela.

Tal como já alguém o referiu, com mágoa o repito, oxalá não estejamos prestes a assistir ao ocaso de Mirandela.

Termino com uma pequena nota e ao mesmo tempo uma notícia muito preocupante.

Segundo notícia difundida pela Rádio Terra Quente, há casos de crianças com fome no Agrupamento de Escolas de Mirandela. Por isso, deverá o Município em conjunto com outras Instituições mobilizar todos os meios disponíveis, visando combater tais situações.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, meus Senhores, minhas Senhoras, comunicação social.

Deixei de propósito para o fim a saudação especial aos alunos da Escola de Agricultura de Carvalhais e espero que as audiências do público comecem a aumentar exactamente com meninos da escola e comecem a praticar a cidadania que muito nos vai fazendo falta.

A minha intervenção vai ser muito rápida porque vou falar dum tema que me está a ser um bocadinho caro sobre as comunidades intermunicipais.

As comunidades intermunicipais era suposto terem como objecto aglutinar sinergias, ganhar escala e não dividir pessoas e territórios.

Que eu saiba, Trás-os-Montes e Alto Douro, há décadas que é uma única província, embora com duas capitais de distrito, Bragança e Vila Real.

Parece-me que os nossos políticos andam a brincar ao faz de conta. Quando a tendência é para aumentar, a nós que somos um grande território, mas com pouca gente, dividem-nos e aparecemos agora como terras de Trás-os-Montes. Não é que me cause grande espanto, terras de Trás-os-Montes, até pode ser uma marca “chapéu” que pode vender bem em termos de marketing. Nem me quer passar pela cabeça que haja má fé na escolha deste nome. Eu achava bem, se nos querem dividir, que nos chamassem nordestinos, transmontanos e é o que somos. Somos pessoas de honra, somos pessoas de fé, somos pessoas trabalhadoras, levamos o nome de Portugal aos quatro cantos do mundo.

Aparece aqui “Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega”. Não percebo como é que estão a trabalhar, deixando pontas de lado. Então Mirandela pertence às terras de Trás-os-Montes e o Serviço de Emprego vai para Chaves? Podemos chegar à conclusão que não foi a melhor maneira de trabalhar mas sejamos humildes quando as coisas não deram o fruto que deviam dar. Mas pior do que isto, numa fase em que se extinguem freguesias vai criar-se uma nova classe política que são os que vão ficar agora desempregados, que vão ter que ser absorvidos por esta comunidade, que vai criar novos setenta postos políticos, que ganharão uma média de 4.400,00 a 5.600,00 euros e que terão direito a 30% desse valor para ajudas de custo.

Eu tiro daqui o meu chapéu ao Senhor Presidente da Câmara, ao dizer que também não lhe agradava muito o nome. Não é agradar ou desagradar, não quero sequer passar pela cabeça, isso estará na mão do Senhor Presidente também saber, se é perjurativa a utilização do nome até porque o governo é da sua área política de intervenção. Deixava aqui esta pergunta.

Meus Senhores, somos poucos, mas somos muitos e bons, somos todos pessoas de honra e é como tal que devemos ser tratados. Aqui, em Lisboa e por onde quer que passemos.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Passo então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões que aqui foram colocadas.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma vez bom dia. Renovo as saudações do início desta Assembleia e vou tentar responder de forma concreta e específica às perguntas que nos foram dirigidas, dentro das possibilidades que nos permitem nesta Assembleia.

À Patrícia Bernardo, responder concretamente à questão que colocou.

Seja passagem agrícola, seja o que for, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, como sempre fazem, coordenam para resolver os problemas. Às vezes de forma não tão célere porque a nossa rede de caminhos não é tão pequena como parece, mas tentamos em conjunto resolver os problemas.

Normalmente as Juntas de Freguesia transmitem-nos (não é diretamente a mim, porque temos serviços técnicos que fazem esse trabalho de forma mais direta) e depois tentamos intervir de forma célere e eficaz.

Não lhe responderei por este caso porque quando afirma que colocou um vídeo no facebook, gostaria que especificasse, porque eu, no facebook "António Branco", Município de Mirandela, não tenho qualquer comunicação sua. Deve ter colocado noutra local. Se foi no Município, irei verificar porque eu não controlo esse meio de comunicação. De qualquer maneira, destacar também esta nova forma de comunicação entre Deputados municipais e Presidente da Câmara Municipal.

Não foi efetivamente naquele que eu uso para atender os Municípios. Terá sido noutra local qualquer. Irei verificar se foi no do Município que isso aconteceu.

Mas repito que situações de caminhos agrícolas e outras são-nos transmitidas pelas Juntas de Freguesias. É coordenada a forma de intervenção de acordo com um esquema técnico interno, a nível de um departamento e faz essas intervenções conforme o planeamento que pode ser realizado.

Iremos verificar com a Senhora Presidente da Junta se está resolvido mas como deve compreender faz parte da nossa forma de trabalhar com todas as Juntas de Freguesia.

Sobre a questão do desemprego, é bom que apareça como agenda e é pena que a agenda apareça só nesta Assembleia em específico (não como espaço). Temos que nos recordar que este assunto tem preocupado nomeadamente os membros do Conselho Social de Acção Local porque esta questão é debatida em todos os conselhos que temos realizado. Temos chamado todas as instituições a participar no Conselho de Acção Social. Decorreu um na última terça feira onde este assunto foi debatido porque estamos a estudar estratégias. Há cerca de quinze dias foi realizada uma reunião do grupo de trabalho para a empregabilidade, onde são analisados estes dados diariamente.

Por exemplo, desta empresa fiz um acompanhamento pessoal para tentarmos evitar, dentro das nossas possibilidades, que a situação se agravasse.

Infelizmente, sabemos que muito recentemente outra empresa no mesmo setor teve também um problema... enfim, resultou uma situação de dimensão inferior mas equivalente na sua dificuldade.

O desemprego tem de ser combatido a vários níveis mas principalmente tem de ser combatido também com o envolvimento do setor empresarial local e do setor institucional. Também neste sentido foi realizado aqui um seminário em conjunto com a rede social, em que chamamos empresas que tinham casos de sucesso em Mirandela para a empregabilidade, para que seja possível envolver porque não é possível combater esse problema apenas com os programas institucionais.

Nós sabemos que o setor empresarial local está fragilizado - mesmo o institucional está fragilizado - e tem dificuldades em recorrer. As Câmaras Municipais foram limitadas na sua capacidade. Posso dizer que a nível de requisições, de um conjunto de actividades que foi alterada na semana passada alguma legislação porque o governo chegou a essa conclusão.

A nossa rede social tem um grupo de trabalho e está a trabalhar e a fazer um planeamento. Quer fazer intervenções concretas, a curto prazo, para tentar combater esse problema, que infelizmente não é um problema local mas sim um problema nacional.

Dizer ao Senhor Fraga que não percebi muito bem. A verdade é que nesta Assembleia foi votada a taxa mínima para os imóveis avaliados, abaixo disso não há. Todos os imóveis que sejam avaliados hoje beneficiam da taxa mínima. Julgo que foi uma boa opção que esta Assembleia tomou. A taxa para imóveis avaliados é a mínima e não há abaixo dessa.

Também é preciso ter em atenção que foi reclamado por todos os municípios que as avaliações deviam ser feitas pelos municípios e foram cortados 5%, a essas receitas pelo governo para fazer essas avaliações.

As avaliações são feitas pelo Ministério das Finanças porque assim foi determinado. Os municípios rejeitaram esse princípio desde o início porque consideravam que era natural que acontecessem esses problemas.

De qualquer forma, é preciso ser coerente e em Mirandela a taxa para imóveis reavaliados é a mínima. Foi assim que votámos nesta Assembleia de Setembro.

Em relação à Dr.ª Marisa Aranda, eu começava pela parte final. Apenas posso concordar consigo. Realmente nós temos que nos preocupar em debater os assuntos e principalmente sermos sérios nos assuntos que estão a ser debatidos. Respondendo de forma concreta e claramente à sua pergunta, em relação ao que estamos a fazer, eu nem lhe respondo com o saneamento financeiro. Já tive oportunidade de o dizer. O saneamento financeiro é um mecanismo que nós estamos a utilizar da seguinte forma:

Primeiro, cumprir a lei dos compromissos, o que significa desde logo uma forma de gestão.

Assumimos, mesmo não concordando, eu repito que não concordo com a lei, face ao que ela pretende, mas cumprimos a lei, o que significa ter em primeiro lugar os pagamentos a noventa dias em tempo e o mapa de disponibilidades presente. Nós cumprimos a lei dos compromissos.

Quanto à dívida, temos vindo a fazer o que já há dois anos, não este governo, mas o anterior determinou: “*diminuição da dívida gradual*”. Nós temos que cumprir legalmente a diminuição da dívida em 10% anualmente e estamos a cumprir.

É evidente que se tivéssemos o saneamento passávamos parte dessa dívida para passivo financeiro e não a teríamos como dívida ao fornecedor.

Depois, temos que ter em atenção que da dívida a fornecedores, que aqui muito se fala, mais de 50% são das “utilities”, águas, saneamentos e resíduos, que são negociadas diretamente com essas empresas.

A nossa preocupação é claramente a de reduzir todas as dívidas a fornecedores, dentro destes princípios, e cortar no investimento. E isso é claro e ninguém o nega: nós cortámos fortemente no investimento em favor do pagamento das dívidas. Seria mais fácil termos investimento. Seria até mais correcto eleitoralmente fazermos isso mas não Assumimos e esse esforço vai ser realizado: estamos a cortar no investimento e vamos continuar a cortar, se não tivermos condições para o fazer doutra forma.

Não tenho qualquer problema em assumir, não venho para aqui envergonhado, venho de cara levantada, sei o que fiz e onde estou. E independentemente de divergirmos em muitas opiniões, a verdade é aquilo que nós temos feito é uma estratégia que seguimos. Há estratégias que nos condicionam ou nos condicionaram e dou o exemplo claro das utilities. Mais uma vez não tenho quaisquer problemas em enfrentá-las aqui. A curto prazo iremos ver porquê.

Dizer ao Jorge Pereira que julgo ter toda a razão de queixa porque quando foi Presidente da Junta de Freguesia quase não houve investimento na freguesia dele. Sei que todos os que estão aqui reconhecemos isso. Foi pouco apoiado, teve poucas possibilidades de recuperar o tecido da freguesia. Realmente, é uma freguesia que foi pouco apoiada, tem que lamentar, porque foi uma freguesia que foi pouco apoiada, ao nível de equipamentos, ao nível da requalificação, ao nível das praias fluviais...eu sei que tem razões de queixa e que certamente há aqui presidentes de junta que concordam comigo que foi uma freguesia que não teve qualquer tipo de apoio da Câmara Municipal, onde não foram colocados equipamentos de nível social, onde não foram colocados equipamentos de nível lúdico, onde não foram recuperados equipamentos desportivos. Certamente que essa justiça temos que lha fazer aqui.

Qualquer desenvolvimento sócio económico, seja ele qual for (preocupo-me e analiso, faz parte da minha função) tem de ser visto em todas as dimensões. Eu faço uma pergunta simples. De todo o distrito, quais foram as únicas cidades que cresceram?...Tenho a certeza que foi Vimioso!

Também me deixa curioso, quando se fazem análises, até científicas, que as pessoas falem em indicadores e não vão ver esses indicadores. Seria interessante que os fossem ver. Mas para eu não estar aqui a falar desses indicadores, sugiro que vão ler um artigo dum famoso geógrafo, que pertence ao Centro de Estudos Geográficos do Porto (ele não fala de Mirandela) é o “Rui Fernandes”. Ele já esteve em Mirandela nas festas da Geografia. Fez uma análise a esse conjunto de indicadores e apenas termina, dizendo, que esse estudo envergonha Portugal e envergonha as Universidades portuguesas. Eu preocupo-me, porque muitos desses indicadores são preocupantes para a nossa região, que eu tenho que avaliar na actividade da Câmara Municipal, mas principalmente porque muitos desses indicadores são indicadores que nós temos que avaliar.

Repare que quando um indicador quantitativo põe em causa o número de equipamentos culturais por habitante, se num pequeno concelho com três mil habitantes, temos um equipamento para 500 pessoas e num município com vinte e três mil, temos um equipamento para 23.000 pessoas. Não vale a pena dizer mais nada. É este o tipo de análise que está a ser feito.

A verdade é que nós neste momento temos estratégias que nos estão a preocupar e digam o que disserem fazem eficácia no terreno. A visão é diferente porque nós avaliaremos as coisas de maneira diferente.

Houve uma das perguntas que eu não ouvi, sinceramente, que era algo sobre S. Miguel. Ouvi sobre o Museu do Azeite mas sobre S. Miguel não entendi qual era a pergunta que o Jorge Pereira fez.

Em relação ao Museu do Azeite, nós reprogramamos os fundos comunitários. Depois da reprogramação dos fundos comunitários, estamos em condições de iniciar a obra e esperamos que muito brevemente isso aconteça. A reprogramação dos fundos comunitários aconteceu em 28 de Dezembro e neste momento estamos a preparar com o empreiteiro o retorno da obra.

Sobre as praias fluviais, eu não percebi. Nós temos praias fluviais em Frechas. Não está licenciada porque não tem indicadores ambientais e sabe disso tão bem como eu. A praia de Vale de Juncal funcionou este ano perfeitamente, a praia fluvial de Mirandela continua a funcionar. O plano de praias está em curso e tem vindo a ser desenvolvido. Fazemos monitorização do rio, em vários pontos. Temos tido algumas dificuldades em alguns locais.

Termino com uma questão.

Eu julgo que é preciso ter cuidado quando usamos facilmente este chavão de “há crianças com fome aqui”...

A Câmara Municipal apoia diretamente (só estou a falar de refeições) 305 crianças em idade escolar, que têm cartão social de refeição.

Estou a excluir nestes os que estão na Residência, na Escola de Música, na Escola Profissional Agrícola e na Escola de Hotelaria porque são apoiados diretamente pelos programas próprios, nomeadamente o POPH, que faz esse tipo de apoio.

Está implementado o programa “PERA – Programa Escolar de Reforço Alimentar” através de pequenos almoços e também de refeições mas normalmente não são duplicadas. Há reforço de pequenos almoços em praticamente todas as escolas do Agrupamento.

Temos as cantinas sociais em Mirandela que apoiam aglomerados. Começaram com trinta e poucos e, segundo sei, em Mirandela já vai em 75. Tivemos CLAS na terça feira e estamos à espera que sejam reforçadas para 80 utentes nas cantinas sociais.

Temos o “PES – Programa de Emergência Social” que tem apoiado mais de 200 famílias em termos Plano de Emergência Social.

E temos ainda o Banco Solidário, que tem apoiado bastante, em termos de géneros alimentares diretos estas famílias. E ainda temos um programa “PCAAC – Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados” que está a ser implementado através da Santa Casa de Misericórdia que é a responsável local para fazer esse programa, que é de ajuda alimentar, através de mais uns mecanismos.

Todas as situações que são detetadas hoje na rede, seja na escola, seja por situações de atendimento, seja onde for, todas as que são detetadas do ponto de vista social são apoiadas.

Não há nenhuma criança que deixe de ter refeição se os pais não tiverem condições para pagar. Se existem situações poderão ser eventualmente situações do que hoje em dia se revela muito, que é de haver dificuldades na família e não aparecer socialmente essa dificuldade. E aí a responsabilidade de cada um de nós, é detetá-las e identificá-las.

Do ponto de vista de rede social, há um acompanhamento que começa na segurança social, passa pelos serviços da Câmara, transporta-se para o Agrupamento e neste momento há mecanismos. Se não há intervenção, é por não haver deteção. E mesmo assim é feito um esforço diário para que todos os dias sejam evitadas essas situações e todos os dias são atribuídos apoios nessa área.

É uma área onde estamos a apostar, onde todas as instituições dedicadas a esta área estão a investir. Há uma rede que está a ser criada e a ser reforçada todos os dias. Como digo, tivemos reuniões na terça feira passada e temos tido reuniões quase semanais por causa deste tipo de problemas. Não só as crianças mas também os adultos e as famílias em dificuldade porque acho que é claro para todos que estamos num momento difícil.

Terminava com a intervenção da Dr.ª Alzira. Com toda a sinceridade, o nome para mim tanto me faz que seja alto ou baixo, de terras de Trás-os-Montes. Os nomes são maus, são péssimos, mas Trás-os-Montes também não me diz a minha identidade. A verdade que está aqui em causa e onde devemos ter alguma atenção é que esta reformulação devia dar escala à região.

Eu rejeito a divisão de Trás-os-Montes e Alto Douro e rejeito muito mais a divisão de Terras de Douro e por aí fora. Nós devíamos ter escala e ser uma região unida em torno de um objetivo conjunto. Nós somos uma região deprimida e, em termos de região, o que eu defendo e continuarei a defender é Trás-os-Montes e Alto Douro, por identidade, por questões económicas e por todas as razões. É impossível haver concelhos que estão no limbo.

Reparem, Vila Flor pode decidir se vai para o Douro, se vai para cima, se vai para baixo...isto não pode acontecer. As regiões têm que ter identidade territorial, geográfica e económica. Nós temos isso em Trás-os-Montes e Alto Douro. Eu não sei qual é a identidade que nós vamos ter.

Todas as justificações de separar o Alto Tâmega, eu já o disse e repito-o em público, não o posso rejeitar, que não tenho esse poder, mas rejeito no que são as minhas competências todas as questões que têm a ver com a separação do Alto Tâmega, não têm rigorosamente nada a ver com estratégia regional, nacional ou seja o que for. E considero errado que nesta reformulação das “Nuts”, exista um conceito de diminuição de escala em vez de haver um conceito de aumento de escala.

Estamos perfeitamente de acordo. Espero que estes assuntos na Assembleia Intermunicipal sejam debatidos e votados para que todos possam participar. Quando digo todos, são todos os grupos parlamentares que participam nessa Assembleia Intermunicipal. Que exista essa rejeição, se bem como nós sabemos, não é uma competência, porque no fundo, vem em “top de bottom” e não vem diretamente por nós. De qualquer das maneiras, apenas alinhar, dizendo que seja qual for o nome, o que eu rejeito é a distribuição territorial que nos foi proposta.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de entrar no Ponto 4.1 da Ordem do Dia, vamos votar esta moção.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Se me permitem, vou só ler as conclusões.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 22 de Fevereiro de 2013, delibera:

1.º - Pronunciar-se contra a nova proposta de lei das finanças locais, recentemente apresentada na Assembleia da República, por ser um verdadeiro atentado à autonomia das autarquias locais.

2.º - Apelar aos Deputados de todos os grupos parlamentares, que defendam o poder local democrático e a autonomia financeira das autarquias, rejeitando esta proposta de lei, quando for votada na Assembleia da República.

3.º Divulgar e denunciar publicamente o grave conteúdo desta proposta de lei e o perigo que representa para as autarquias locais, que ficariam com mais dificuldades de responder aos problemas das populações, sem os adequados meios financeiros.

Presidente da Assembleia Municipal:

Há algum pedido de explicação antes de votar? Faça favor Senhor Deputado.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, bom dia.

É frequente ao Partido Comunista apresentar assim à laia de Antes da Ordem do Dia umas moções para estar de acordo com o seu grupo parlamentar. A Assembleia Municipal de Mirandela não aceita grupos que venham interferir na condução do nosso pensamento.

Quando há aqui uma proposta, uma moção ou uma coisa qualquer, não aceitamos que venham grupos, seja do que for, para estar aqui a interferir com a nossa conduta.

Então e somos nós que vamos interferir com a conduta da Assembleia da República?

Os membros do Partido Comunista, podem junto dos seus Deputados, terem as reuniões que entenderem e apresentarem as posições que entenderem.

Aceito até que os grupos, sejam do CDS/PP, sejam do PSD, junto dos seus Deputados, também façam sentir as suas preocupações. Isso é correto.

Agora, moções votadas aqui, para interferir na liberdade dos Deputados da Assembleia da República, não.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor^a Vereadora que entrou em funções, Senhores Deputados Municipais, Alunos da Escola Agrícola, muito bom dia.

O orador do CDS/PP já me retirou uma parte da intervenção mas isto de nós andarmos a votar moções que são apresentadas em todas as Assembleia Municipais do país, iguais, não tem razão de ser.

A própria moção diz que há três décadas que isto vai acontecendo. Três décadas, segundo as minhas contas, são trinta anos. É verdade, a Lei das Finanças Locais nunca foi respeitada, nem no tempo das vacas gordas, quanto mais agora no tempo das vacas tuberculosas...vamo-nos deixar de brincadeiras. Se isto está péssimo, então mais péssimo vai continuar. Não vamos interferir com os outros que têm o poder para decidir e nós "Grupo Parlamentar do PSD", vamos votar contra esta moção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais algum pedido de intervenção dos Senhores Deputados?

Faça favor, Senhor Deputado Carlos Fraga, sobre esta matéria.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Pelos porta-vozes da bancada do CDS/PP e do PSD parece que vem aqui todo o mal ao mundo e cria-se um precedente grave ao ser apresentada esta proposta da CDU.

Desde já cumprimento e saúdo o elemento eleito pela CDU pela coragem que tem em apresentar estas propostas. Nós estamos num regime democrático e não vem o mal ao mundo que estas moções sejam aqui trazidas, sabendo que também é certo que tudo o que aqui seja aprovado, no que concerne a estas questões de moções e que depois se dá conhecimento aos vários grupos parlamentares ou à Senhora Presidente da Assembleia da República, sabemos que não é nada vinculativo. É apenas a nossa opinião daquilo que sai desta Assembleia Municipal.

Sabemos perfeitamente destrinçar o trigo do joio, o que decide a Assembleia da República e as competências duma Assembleia Municipal.

Já foram apresentadas aqui noutras circunstâncias também em matérias mais ou menos semelhantes moções do PSD que foram aprovadas, moções do CDS/PP que também foram aprovadas e não veio nenhum mal ao mundo nem isso causou escândalo a ninguém.

Mas como as coisas estão, nós sabemos em que área está a esfera governamental, não lhes agrada, nem ao CDS/PP, nem ao PSD, que tenha sido aqui proposta esta moção, que sabemos, independentemente da votação que ela venha a ter. É apenas o nosso ponto de vista pois o último juízo sabemos que pertence à Assembleia da República.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais nenhum pedido de intervenção e a Mesa deve dizer também a esta Assembleia, o seguinte:

Nunca é demais repetirmos o aspeto regimental. Tem sido a prática da Mesa, desde outras legislaturas, aceitar, em princípio, que algumas das moções sejam aprovadas de imediato.

A regra universal não é assim porque devíamos proceder à admissibilidade da moção que vai ser apresentada. Daí que a Mesa se repita com frequência nesta matéria, para haver uma espécie de consenso que até aqui, a meu ver, tem funcionado bem, mas que teria que ser feita uma admissibilidade. Este é um dos aspetos.

O outro é aquilo que aqui ouvimos dos diferentes interventores dos grupos municipais. É um assunto a tratar da Assembleia da República e nós aqui em Mirandela vamos votá-lo.

Claro que as coisas têm a sua repercussão prática, a sua eficácia ou não têm. Também é uma espécie de procedimento, dum jogo regimental.

Eu ouvi com muito agrado as intervenções porque acho que foram oportunas. Têm profundidade, dos Senhores Deputados que tiveram a bondade de fazer os comentários.

O procedimento da nossa Assembleia tem sido este. Tem havido uma flexibilidade, para não dizer, alguma condescendência, que pode colidir com o aspeto regimental.

Quando os Senhores Deputados entenderem, com certeza a Mesa terá que se servir do Regimento e fazê-lo respeitar, enquanto for este Regimento que tivermos entre nós.

Não havendo mais nenhum comentário, vamos então votá-la, sendo certo que os Senhores Deputados têm plena consciência do que ela significa e do horizonte que vai percorrer.

Vamos então votar.
Quem vota contra?
Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação, foi o seguinte:

Votos contra, 48

Abstenções, 1

A Favor, 8

A proposta foi recusada por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, não aprovar a Moção apresentada pelo Deputado Municipal, Pedro Fonseca.

PONTO 4 – PERIODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos ao ponto seguinte da Ordem do Dia, Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º da lei n.º 169/99.

Os Senhores Deputados que querem usar da palavra:

Carlos Fraga, Manuel Beça de Sousa e Faustino Cunha.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria fazer algumas considerações sobre esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Falar sobre o 8.º Festival dos Sabores do Azeite Novo que foi organizado pela Câmara Municipal de Mirandela, em parceria com a Associação dos Olivicultores. Parece-me que o azeite, o “ouro do Tua”, ou o “ouro da terra quente”, valem mais do que uns simples mimos. Dizer, com todo o respeito ao Senhor Presidente da Câmara que no fundo o Festival do Azeite Novo soube a pouco. Espero que no próximo evento, que tenha outro realce e outra visibilidade. Tenhamos todos nós outro conhecimento e uma participação mais abrangente neste tipo de eventos que têm vindo a decorrer ao longo dos anos.

Sobre o Encontro de Cantares dos Reis, Senhor Presidente, saudamos o renascimento desta tradição. Sugerimos que haja maior mobilização de participação, inclusive com incentivos motivadores, sejam eles reais ou simbólicos e que dignifiquem a tradição do cantar dos reis, que aqui neste Auditório já se viveu, há alguns anos, de uma forma muito calorosa e harmoniosa.

Passo para a Feira da Alheira, que já se iniciou. Foi um bom começo porque não dizê-lo. Lá está a tal visibilidade do produto, sobejamente conhecido, mas é sempre bom que haja mais projecção e mais

conhecimento. Começou no edifício da Alfândega do Porto, com resultados que se afiguram bastante meritórios e que vai continuar a decorrer no Parque do Império nos próximos dias, 23 e 24 de Fevereiro e no dia 02 e 03 de Março.

Senhor Presidente da Câmara, o tempo é sempre o melhor conselheiro. No ano anterior, o Senhor Presidente não ficou muito satisfeito porque eu estava a ver a feira da alheira ali metida no meio de quatro paredes, na Reginorde e estava a ver os autocarros que vinham aos fins de semana, com pessoas que nos visitam, andarem ali pelo Parque do Império, pela Av. da República, pela Av. Nossa Senhora do Amparo e a feira da alheira completamente vazia. Pelos vistos, eu tinha razão, ao franquiar este espaço do Parque do Império de Mirandela para a realização da feira da alheira. Penso que ficámos todos a ganhar com isso.

Queria também dar um voto de parabéns à Junta de Freguesia de Mirandela, na pessoa do Senhor Presidente, "Dr. Rui Magalhães", pelo facto de ter atribuído (não é a primeira vez que isso acontece) os prémios de mérito escolar a jovens estudantes, finalistas do ensino secundário e profissional, do concelho de Mirandela. É uma boa iniciativa da Junta de Freguesia de Mirandela. Não é nenhuma bolsa de estudo mas é o reconhecimento do trabalho, do empenho, da dedicação desses jovens, para que a sua formação e empenho contribuam para que no futuro nós tenhamos homens e mulheres incutidos com valores de formação, que aproveitem a todos nós, a toda a sociedade. O valor do cheque "200,00 euros", não é grande, mas é uma quantia simpática, é louvável e saúda-se.

Por último, relativamente ao Conselho Municipal de Segurança de Mirandela, que esteve em agenda na última sessão ordinária, passo a ler: "*será marcada para breve uma nova reunião do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela, onde um dos temas a debater, será o dos assaltos às igrejas do concelho de Mirandela. Aí vai ser apresentada uma proposta de alteração da sua composição, a "reboque" de sugestões da última Assembleia Municipal.*" Esta palavra, a "reboque", é que não me parece ser a mais feliz. De facto houve sugestões que vieram do CDS/PP e do Partido Socialista, através da minha pessoa e não houve oposição nesse sentido e pelos vistos vão vingar.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

É só para dizer que os prémios de mérito escolar são para alunos de estabelecimentos de ensino da freguesia de Mirandela e não do concelho de Mirandela.

Deputado Municipal Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente da Mesa, Exm.º Executivo, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Não posso deixar de manifestar profunda satisfação perante a intervenção do Senhor Município, aluno da Escola Agrícola de Carvalhais e da mensagem que aqui nos deixou.

Os meus cumprimentos, caros colegas e trato-os assim porque também fui aluno dessa escola e tenho todo o orgulho nisso.

Congratulo-me também por este novo método de contagem do tempo, é extraordinário, de fato.

Mas o que me traz aqui é uma pergunta muito breve e muito simples ao Senhor Presidente da Câmara no âmbito da sua informação sobre o apoio às actividades cinegéticas no concelho e peço-lhe desculpa pela insistência neste assunto.

A pergunta é simplesmente esta: Senhor Presidente da Câmara, para quando a verdadeira reativação do Conselho Cinegético Municipal? Lembro que se começou a falar no assunto, em Setembro de 2012 e já estamos em Fevereiro.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vai ser como sempre uma intervenção muito breve e eu pedia ao Senhor Presidente o favor de solicitar ao Executivo um esclarecimento, no que respeita ao quadro da situação financeira do município de Mirandela, porquanto nos compromissos assumidos e não pagos aparecem 17.073.000,00 mas são 17 milhões de euros. E no controlo orçamental das despesas, aparecem 28.000.000,00 de euros de compromissos assumidos. Tentei somar os dezassete com os empréstimos a médio e longo prazo e dá vinte e seis, também não dá bem os vinte e oito. Eu gostaria que o Executivo esclarecesse.

Aproveito ainda a oportunidade para solicitar uma informação a esta Câmara sobre a posição do empréstimo para o saneamento financeiro que foi aqui votado e aceite. E ao mesmo tempo como que tentar acender também uma luzinha na medida em que esse compromisso de saneamento financeiro pressupunha uma taxa de juro de 8% e que devido à situação da República Portuguesa, julgo que neste momento será talvez possível negociar taxas de juro um pouco mais baixas do que 8%, que é praticamente impossível de assumir.

Muito obrigado Senhor Presidente e agradecia os esclarecimentos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições, o Senhor Presidente da Câmara quer usar da palavra?
Faz favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vou, de forma sintética e rápida, tentar responder às questões.

Dizer ao Senhor Deputado Fraga que se calhar temos formas de ver diferentes porque o Festival de Sabores de Azeite Novo sempre foi assim. É um Festival de divulgação, formação e cultura e talvez o público alvo que o Senhor pensava não o viu. Mas é estranho que não ache correto, que todos os alunos do Primeiro Ciclo tenham feito provas de azeite, que os alunos da Escola Secundária tenham feito atividades ligadas ao azeite...enfim, se calhar são visões diferentes. E também que não tenha visto as reportagens em vários canais nacionais sobre o Festival, no qual nós investimos apenas o nosso esforço e pouco mais do que isso porque é um festival bastante barato.

É a sua opinião. Não vou contestá-la. Se acha que ter em Mirandela jornalistas de nível nacional, que no dia seguinte escreveram reportagens sobre o festival, promovendo o próprio produto, não é significativo, nós não temos a mesma visão para este tipo de coisas.

Em relação ao encontro dos "Reis", eu queria agradecer aos que vieram cá sem incentivos porque é desses que é feita a sociedade de Mirandela. São os que não precisam de incentivos para participar, são os que trabalham a favor de Mirandela quando são chamados. E vi aqui pessoas de astuta idade que vieram alegres e contentes mostrar-nos como cantavam, a sua felicidade e partilhá-la conosco.

Eu fico feliz que eles sem incentivos venham e irei continuar a pedir aos que não precisam de incentivos para virem. Que venham trabalhar a favor de Mirandela.

Quanto à Feira da Alheira, só os "burros" não mudam. Há experiências que são realizadas, nomeadamente com a Associação Comercial e com os próprios produtores. E digo-lhe já que se calhar no próximo ano em vez de ser no Parque do Império até pode ser do outro lado do rio, no Parque de Nossa Senhora do Amparo. Foi uma proposta colocada este ano em cima da Mesa e pode vir a ser testada.

O que nós temos que fazer é uma coisa muito simples: é trabalhar em favor da valorização dos produtos e da nossa região. É isso que nós fazemos, tentando trabalhar em conjunto.

O Deputado Beça tem toda a razão. Assumo, não há mais nada a dizer. Não foi feita a convocatória e devia ter sido feita. Não tenho mais do que lhe pedir desculpa.

Têm vindo a ser promovidas atividades, mas formalizadas não.

Responder ao Deputado Faustino Cunha. Atenção porque os compromissos hoje não são necessariamente os compromissos faturados. Falando de uma forma simples, quando se faz o cabimento de uma obra hoje, já é um compromisso. Se eu faço um cabimento, de 3 ou 4 milhões, até plurianual, fica registado como compromisso. Entre os compromissos assumidos e o valor faturado, como acontecia no passado que registava efetivamente a dívida. São coisas completamente diferentes. O compromisso trouxe essa alteração à nossa forma de trabalhar, pelo menos trabalhar a parte financeira.

Sobre o saneamento financeiro e à negociação.

O saneamento financeiro aguarda visto. Eu já o disse e repito-o: nós neste momento vivemos na espetativa de ter ou não ter o visto mas não trabalhamos em exclusivo sobre essa situação. Sem visto não podemos negociar porque estamos a negociar com algo que não existe. Aguardamos a emissão do visto, ainda acreditamos nela.

De qualquer forma, quando respondi anteriormente, nós estabelecemos um programa sem visto. Se o visto vier, iremos funcionar ao contrário.

Neste momento estamos na solução sem visto, respondendo a todas as solicitações que nos têm sido feitas pelo Tribunal de Contas.

PONTO 4.2 - APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor (3 dos membros do PSD e 1 do membro do PS) e 1 abstenção do membro do PS (Dr.ª Júlia Rodrigues):

- 1 – Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inclusão no Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2012 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos agora ao Ponto 4.2, que trata da 1.ª Revisão Orçamental.

A Mesa está atenta para receber as inscrições dos Senhores Deputados.

A Senhora deputada Alzira Ramos que pode começar a subir para a tribuna, se faz favor.

Mais alguma inscrição? Não há.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como é sabido e é suposto ser, o orçamento é um suporte, um documento previsional e estratégico. Nós sabemos que por uma questão de obrigatoriedade a revisão orçamental tem que ir a reunião de Câmara e posteriormente à assembleia para ser aprovado.

No entanto, parece-me que as contas nunca batem certas e dado que não é uma área em que eu esteja muito à vontade, tento ver e interpretar. Houve coisas que eu não consegui um esclarecimento e também não estive perto de nenhum economista, que me pudesse levar a um esclarecimento mais profundo.

Mas parece-me que há rubricas que vêm agora à Revisão Orçamental e que estavam duma maneira diferente no orçamento que foi aqui apresentado em Dezembro.

Daí que o Partido Socialista, até por uma questão de coerência, tendo votado contra o Orçamento apresentado em Dezembro, nesta Revisão Orçamental, vai-se abster na votação.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais nenhum pedido de usar a palavra sobre este assunto da 1.ª Revisão Orçamental?

O Senhor Presidente da Câmara?

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Só um pequeno esclarecimento.

A revisão de Fevereiro é feita todos os anos com o saldo não transitado em 31 de Dezembro. No ano passado foi feita e faz parte da contabilidade que nós temos de fazer. O saldo transitado em 31 de Dezembro que ainda não estava na receita tem que ser devidamente registado. É uma revisão feita legalmente todos os anos para poder ser utilizado o saldo. Não mais do que pura contabilidade pública.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, é apenas para pedir um pequeno esclarecimento, na medida em que eu não tenho aqui os documentos e pareceu-me, pelo menos pelo que recebi informaticamente, que há algumas verbas que são alteradas. Por exemplo, lembro-me que as Escolas, a verba que está inflacionada e que se reduz.

O Senhor Presidente diz que é só dividir o saldo e isso deixou-me um bocado baralhado. Penso que há ali algumas verbas que são rearrumadas, além daquela que é legal e obrigatório, que é de o saldo de 31 de Dezembro, ser transferido para o ano seguinte.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Senhor Presidente quer dar algum esclarecimento?

Presidente da Câmara Municipal:

Só um esclarecimento. Nós estamos a falar, neste caso da ESACT-Escola Superior da Administração, Comunicação e Turismo, em que não houve alteração ao saldo. O que houve foi um avanço do plano financeiro. Isto é, o valor que está na obra estava feito ao saldo de Setembro. Como já estamos em 2013, o saldo avança no sentido do plano financeiro da obra, mais os 24 meses para a frente. Não há transferências.

Na receita, é o saldo e neste caso há um avanço do plano financeiro de 24 meses para a data de agora, o que significa que já hoje este saldo já não está correto porque a obra ainda não começou, já avançámos mais um mês.

Presidente da Assembleia Municipal:

Agora, temos condições para votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

A votação do ponto 4.2, é a seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 13

A Favor, 45

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 58 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria com 0 votos contra, 13 abstenções e 45 votos a favor, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inclusão no Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2012 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos.

PONTO 4.3 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos passar ao ponto 4.3, Proposta de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal.

A Senhor^a deputada Marisa Aranda pode subir para a tribuna e usar da palavra.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Relativamente a este ponto, eu gostaria só de colocar algumas questões que me suscitaram algumas dúvidas. Para já, dizer também que este regulamento me parece parco e com algumas lacunas.

Os pontos que me levantaram mais dúvidas, recaem sobre o artigo 7.º no ponto n.º 1 deste artigo. Eu pretendia ter mais alguma informação sobre quem vai constituir este gabinete, quem vai tomar, apreciar e dar o parecer relativo às propostas que vierem a ser apresentadas. No n.º 2, saber se depois de submetido à apreciação da Câmara Municipal essa decisão caso não seja de todo favorável para o requerente se este pode ou não impugnar essa decisão.

Depois, há outro ponto que também me causa alguma estranheza que é relativamente à fiscalização: se será feita alguma fiscalização ou não relativamente a estes apoios e incentivos.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Reforçando também, na continuidade daquilo que disse a Marisa sobre este ponto, só posso dizer que estou indignada com este regulamento. Louvo o que se pretende com este regulamento, iniciativas empresariais económicas são de apoiar sim e quanto a isso nada. Mas meus Senhores e minhas Senhoras, leram este regulamento com a atenção que o mesmo merece?

Vou também falar do artigo 7.º. "Apreciação e atribuição...(simplificando o que está escrito no artigo), ponto 1, ao GAEE - Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor, compete a apreciação e a avaliação dos pedidos de apoio. No ponto 2, apreciados os pedidos, o GAEE, elabora o parecer fundamentado, que será submetido à Câmara Municipal de Mirandela, para tomar a decisão. E no ponto 3, o parecer do GAEE, não é vinculativo. Repito, o parecer do GAEE, não é vinculativo. Então para que é esse gabinete de apoio à empresa e ao empreendedorismo?

Para quê todo o trabalho na apreciação dos pedidos se essa conclusão, na opinião/conclusão pode não ser tida em conta. A mim este artigo levanta-me muitas dúvidas e nem sequer vou referir o que se avizinha neste ano.

Presidente da Assembleia Municipal:

Há mais alguma inscrição por parte dos Senhores Deputados? Parece que não há.

Senhor Presidente, faz favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Gostaria de responder claramente porque tenho perguntas concretas.

À deputada Marisa Aranda, dizer que o GAEE é um gabinete que vai ser constituído muito brevemente essencialmente pela Câmara Municipal de Mirandela, pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela, pelo IPB, através do Gabinete de Empreendedorismo e pelo IFP, aguardando apenas a decisão do IAPMEI porque não temos essa confirmação mas estas quatro entidades estão garantidas.

Esse gabinete funcionará (não gostaria de avançar já o local) num espaço de Mirandela dedicado para esse efeito e será constituído de forma multidisciplinar por estas entidades, tal como acontece já hoje, no CACE, em Mirandela, em que existe uma equipa multidisciplinar, que dá pareceres sobre este tipo de situações.

Quanto ao fato do impugnar, como sabe o ser uma decisão municipal permite que qualquer município, que neste caso é submetido a decisão pode dentro do prazo de dez dias da comunicação da decisão, levantar através do CPA, qualquer questão que queira levantar, impugnar ou contestar.

Respondo à deputada Fernanda Cerqueira que gostaria que ela chegasse aqui e dissesse que nós precisamos de soluções melhores, que este orçamento não é o suficientemente ambicioso e que a Câmara deveria ir mais longe, que nós estamos a cumprir o que dissemos, de transferirmos verbas do IRC e do IRS,

para a sociedade civil, através do PES, através deste regulamento e através do próximo, que vamos votar a seguir...agora, pôr em causa o facto de ser vinculativo.

Repare, nós (a Câmara) fazemos parte da Comissão de Análise dos processos do CACE. Quando nos pedem um parecer ele não é também vinculativo, como é evidente.

A questão do GAEE ter um parecer vinculativo é por não poder haver uma entidade externa, a obrigar a Câmara Municipal (todos os membros, é o que aqui está) a decidir sobre uma decisão.

Se a decisão vem e todos os Senhores Vereadores nas suas competências, decidirem que aquele projeto, pelo motivo A, B, ou C, não deve ser aprovado, o parecer do GAEE, não é vinculativo.

Não percebo o que entendeu na questão de não ser vinculativo. Ouvi críticas de que isto é um copy paste, é capaz, não me importa de fazer cópias do que está a funcionar bem nos outros municípios e principalmente fazer benchmarking, eu copio o que for bem feito.

Não entendo é que coloque em causa todo um regulamento, indignada com o regulamento, porque o parecer do gabinete que vai fazer a análise é vinculativo...eu julgo que não tenho resposta para isso.

Deputado Municipal Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente, sobre esta questão, não me choca nada que o parecer desse gabinete não seja vinculativo. Acho que é assim mesmo que deve ser, tal e qual como o Senhor Presidente da Câmara explicou. E atrevo-me aqui a sugerir o seguinte: uma vez que há aqui matérias de agricultura também passíveis destas apreciações e destes eventuais apoios, que o próprio Ministério da Agricultura, também integrasse este gabinete.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar este ponto 4.3.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

A votação foi a seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 1

A favor, 58

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 59 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria com 0 votos contra, 1 abstenção e 58 votos a favor, aprovar o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal.

PONTO 4.4 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE INCENTIVO AO COMÉRCIO TRADICIONAL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a Proposta de Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.4, Proposta de Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional.

Senhores Deputados, enquanto fazem o favor de se inscrever permitam-me lembrar que a meu ver, donde quer que se olhe, esta Proposta de Regulamento poder-se-à inscrever na anterior porque diz só respeito ao comércio. A deputada Fernanda Cerqueira pode dirigir-se à tribuna.

Mais alguma inscrição? Não.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou voltar a falar do mesmo artigo 7.º aqui porque às vezes as coisas também podiam estar um bocadinho mais concretas e mais claras para não surgirem este tipo de dúvidas que a mim me surgiram.

Nesse mesmo artigo 7.º, agora tem um quarto ponto, que entendo, mas não é especificado. Por exemplo, aí diz: número de postos de trabalho criados: 40 pontos. Qual é a quantidade de postos de trabalho necessários para obter 40 pontos? Seria mais claro se colocassem, por exemplo: de 1 a 10 empregados, dez pontos; de 11 a 20, vinte pontos; de 21 a 30, trinta pontos; seria mais claro e mais fácil de quantificar. 40 pontos, corresponde a quantos postos de trabalho?

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estas intervenções são no sentido construtivo para tentar melhorar um documento. Todos nós sentimos a necessidade de fazer tudo quanto seja possível para ajudar ao desenvolvimento das empresas e o caso particular, agora, do comércio tradicional, na medida em que a situação é difícil mas temos que saber como ajudar e se a ajuda é atempada, se vale a pena. Porque estar a ajudar e a ajuda já não valer a pena, estamos a gastar mais dinheiro.

O artigo 2.º do regulamento que está em apreciação, diz que: “*serão elegíveis candidatos com sede fiscal no concelho de Mirandela. Ponto 2: no caso dos incentivos ao arrendamento, serão admitidas as candidaturas apresentadas por arrendatários de estabelecimentos que à data da candidatura estejam encerrados, há pelo menos três meses.*” Quem tem um estabelecimento comercial fechado há mais de três meses, escusa de o abrir, já o senhorio põs a acção de despejo. Alguma coisa está mal aqui, os clientes foram-se embora. Vamos pensar a maneira de gerir melhor o dinheiro, de forma atempada, para resolver situações.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais nenhuma inscrição.

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para dois rápidos esclarecimentos.

O objetivo da ponderação, neste caso, tem a ver com o fato de querermos privilegiar os postos de trabalho mas também darmos a liberdade de entender que há setores que são geradores (nomeadamente na área comercial) de mais postos de trabalho e menos postos de trabalho em função da especificidade daquilo que é a sua atividade.

E nesse sentido será ao gabinete que competirá fazer a ponderação desta atribuição porque às vezes, três postos de trabalho num equipamento comercial é muito diferente de 6, 12 ou 24 noutro.

Se, por exemplo, pensássemos no caso de comércio tradicional, um posto de trabalho rotativo, numa caixa, em que não é permanente, será a esse gabinete que competirá fazer essa avaliação e por isso mesmo se deixa a liberdade da análise.

Em relação aos encerrados, o objetivo deste regulamento, em concreto e em base é promover a abertura de espaços que têm vindo a encerrar.

O objetivo claro é que em espaço urbano e numa primeira fase, - no que vimos com a Associação Comercial - pensou-se em limitar a um conjunto de ruas: Rua da República, Rua das Amoreiras, enfim, à zona mais fechada e se reparar, de certa forma, alargou-se ao concelho de Mirandela.

Ao que assistimos hoje em dia, isto é visível, é um encerramento não exclusivamente nessas áreas mas um encerramento contínuo em quase toda a área comercial em Mirandela, sendo neste caso urbana e não só.

Significa que nós pretendemos que nos espaços que estejam fechados se criem novas iniciativas. Colocámos esta cláusula dos três meses para que sejam espaços que estejam encerrados possam beneficiar desta medida para abrir novos espaços, para assim garantirmos o aumento do número.

Esta é uma iniciativa de apoio à instalação. As iniciativas seguintes são iniciativas de apoio à continuidade da atividade.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então votar este ponto 4.4.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

É aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional.

PONTO 4.5 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO BANCO DE VOLUNTARIADO DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a Proposta de Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.5 - Proposta de Regulamento do Banco de Voluntariado de Mirandela.
Inscrições, Senhores Deputados.
Deputada Alzira Ramos, pode dirigir-se à tribuna e usar da palavra.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Cumprimento mais uma vez todos os presentes e neste ponto eu não poderia deixar de intervir até porque estive presente quando surgiu o Banco de Voluntariado da Câmara e o Banco Solidário da Santa Casa. A grande festa foi em 25 de Maio de 2008 e só peca por tardio. Pena é que o regulamento apareça cinco anos depois.

Todo o processo do Banco de Voluntariado da Câmara Municipal foi iniciado em 2008. Foi uma grande festa o seu nascimento, e repito, foi no dia 25 de Maio de 2008, surgindo também o Banco Solidário da Santa Casa. É pena que só chegue em 2013 o regulamento mas mais vale tarde do que nunca e estamos aí nós para aprovar “com os dois braços” (desculpe-me Senhor Presidente) este regulamento.

Como podem também notar, os regulamentos muitas vezes são copy paste de outros regulamentos mas se os mesmos artigos estiverem bem interpretados, bem descritos e bem entendíveis por todos nós, não sou nada contra que se copiem os outros regulamentos.

De qualquer das maneiras, eu em 2011, também nesta tribuna, falei sobre o voluntariado. Começava o Ano Europeu do Voluntariado e eu fiz aqui uma intervenção sobre o ano europeu do voluntariado.

E agora, vou ler parte da minha intervenção, na altura:

“Definição de voluntariado e de voluntário, artigo 3.º”

Voluntariado é um conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidas sem fins lucrativos, por entidades públicas e privadas.

O voluntário é o indivíduo de forma livre, desinteressada e responsável, que se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado, no âmbito de uma organização promotora.

A qualidade do voluntário, não pode de qualquer forma, decorrer da relação de trabalho subordinado ao autónomo, ou de uma qualquer relação de conteúdo patrimonial, com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais, constantes da lei.”

Foi na base deste artigo que eu fiz a minha intervenção e repito, tardiamente, mas ainda bem que vem a aprovação este regulamento e penso que já deu grandes passos, mas que dê passos de gigante, porque atravessamos uma altura em que é importante o desenvolvimento destas atitudes, passíveis de um grande resultado perto das instituições, para as quais trabalhamos.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão do voluntariado, permitam-me clarificar algumas afirmações aqui proferidas pela deputada Alzira Ramos, com todo o respeito.

Em primeiro lugar, este regulamento obedece a um regime jurídico do voluntariado, que é um regime algo formal, onde estão os direitos e os deveres do voluntariado mas também está a obrigatoriedade dos voluntários receberem a formação adequada para poderem exercer as suas funções.

Este regulamento não é novo na ordem jurídica municipal de Mirandela. Se for ao portal do Município de Mirandela, está lá o anterior regulamento. O Banco Local do Voluntariado já tinha um regulamento, Portanto, não surgiu só agora em 2013. Este vem substituir o anterior e que foi uma imposição da Comissão Nacional do Voluntariado na medida em que entenderam que decorrido já algum tempo relativamente ao regulamento anterior haveria que proceder a algumas alterações.

Informo também que em breve estará em Mirandela a Presidente desta Comissão Nacional para celebrar um protocolo com o Município de Mirandela. Pode dizer-se que estamos numa nova fase do voluntariado, mais organizado, mais formal e a exigir mais responsabilidade do próprio voluntário.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Isto sobre o voluntariado acho uma ótima ideia. Há muita gente metida no voluntariado, especialmente no hospital. Aqui só chamava a atenção para uma coisa: quem está à frente deste voluntariado deveria procurar fazer ações de motivação. Há muita gente que quer ir para o voluntariado mas tem que haver alguém que os motive, que elucide sobre estes problemas, porque quando na Santa Casa havia voluntariado e cada organização tinha o seu voluntariado. Nós notávamos que rapidamente se esvaziou porque as pessoas desmotivaram. Acho que a união do voluntariado sim, mas tem que ser muito motivado.

Outra coisa que eu pedia era o seguinte: motivar os jovens. Ir às escolas secundárias e motivá-los para fazerem voluntariado.

Era esta a opinião que eu deixava.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Eu gostava de dizer umas breves palavras acerca deste regulamento e depois de ouvidas estas intervenções. Acho que na prática isto não vai resultar em nada. Quem quer fazer voluntariado, faz e sabe como fazê-lo. Aliás, tenho a dizer que nem percebo muito bem qual é a função deste banco. Porquê? Porque eu própria me inscrevi, fui a uma entrevista e até hoje não tive qualquer procura do meu voluntariado.

Depois, também acho que é certo que eu poderia procurá-lo mas achei que também não fazia grande sentido porque as únicas intervenções que vejo a nível deste banco, é pura e simplesmente a recolha de alimentos, muitas vezes nos hipermercados locais.

E depois essa distribuição é feita não sei bem como nem de acordo com que critérios, a famílias que muitas vezes não são assim tão necessitadas, quando outras que o são, não têm acesso a esses alimentos.

Eu falo disto porque conheço a minha aldeia, sei o que se passa lá e sei a quem são atribuídos, muitas vezes, estes apoios. Portanto, na prática, este voluntariado e este banco, a mim pouco ou nada me diz.

Agora, não quero que interpretem mal as minhas palavras, no sentido de que sou contra o voluntariado. Não sou.

Eu própria sou voluntária em muitos locais. Não preciso de o vir aqui a dizer, afirmar, a defender o voluntariado para parecer a melhor pessoa ou a melhor cidadã. Acho é que as coisas têm que ser ditas com clareza, muitas vezes. Nunca fiz esta intervenção embora já tivesse tido vontade de a fazer porque tive receio da interpretação que dela pudessem fazer. Mas de facto, penso que este banco deixa muito a desejar e este regulamento, a mim, pouco ou nada me acrescenta.

Eu enquanto voluntária sei aquilo que tenho a fazer. Tenho um cartão, tive alguma formação e não preciso de um regulamento que me diga aquilo que tenho ou não que fazer.

Por outro lado, e no seguimento da intervenção do professor Dinis, o voluntariado não passa só pela entrega de alimentos. Passa por um acompanhamento no local, das necessidades efetivas duma família. Isso passa a nível psicológico, a nível alimentar, a nível social, passa por acompanharmos essas pessoas no local. Isto está a ser feito por este banco? Não sei.

Se a ignorância é minha, peço desculpa pela intervenção. Se não é, podia fazer-se alguma coisa no sentido de melhorar. Mas daquilo que me tem sido feito chegar por algumas pessoas que têm recebido alguns destes apoios e outras que não os têm recebido, não vai de encontro àquilo que eu tenho ouvido nestas assembleias acerca deste banco.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhores Deputados.

Aproveito para lembrar que no início das suas intervenções, o dever regimental da expressão é: "Senhor Presidente e Senhores Deputados."

Todavia não vou dispensar-me de também utilizar algum tempo até porque estamos muito bem de tempo sobre a questão do voluntariado que aqui foi introduzido pela deputada Alzira Ramos.

Pertenço à geração que deu vida e deu expressão ao voluntariado no nosso país, sobretudo o voluntariado hospitalar.

Principalmente na última década do século passado, o voluntariado hospitalar teve uma expressão de crescimento gigantesco e teve uma ação digna de mérito e de profunda admiração. Os hospitais abriram as suas portas, entraram em diálogo com a comunidade, quem estava dentro teve que condescender, explicar as suas razões, mostrar o seu trabalho e foi um ganho extraordinário para a sociedade portuguesa.

É óbvio e em respeito ao que a Senhora deputada Marisa Aranda aqui disse, julgo que represento bem esta assembleia, todos os Senhores Deputados, se lhe disser que não há um único que pense mal do voluntariado.

Pode haver e oxalá que continue a haver é comentários e críticas à funcionalidade. Mas a funcionalidade depende da estrutura organizativa e aí todos temos defeitos e podemos ter erros, sendo certo que o horizonte é melhorar até atingir a perfeição.

Devo também dizer aos Senhores Deputados o seguinte: é com grande alegria que eu vejo que a sociedade portuguesa se move, sobretudo os jovens, que se movimentam e que despertam para o voluntariado.

O voluntariado que hoje sai da sociedade portuguesa para os países africanos de língua portuguesa é extraordinariamente significativo. E não fiquem surpreendidos se eu lhes disser, como testemunho de acompanhamento muito próximo e verdadeiro, que na maior parte dos jovens, no plano da educação, há muitas escolas, há turmas, professores, colégios, escolas públicas, que se organizam e vão para os países africanos fazer trabalho de voluntariado notável, na área da educação, na área da higiene, na área do ensino e sobretudo na área da saúde.

Eu estou convencido que a questão do voluntariado que hoje aqui, a nossa assembleia está a discutir, a comentar e vai votar, por iniciativa do executivo camarário, que poderá ser naturalmente a expressão da maior solidariedade, a etapa mais elevada, que a sociedade está a ter no início deste século XXI.

É com grande agrado que eu vejo estas intervenções, esta participação ativa e os meus votos aqui ficam para que votemos isto em consciência e para que esta expressão do voluntariado na nossa terra se possa transmitir e alargar a outros setores da nossa vida social.

O Senhor Presidente quer usar da palavra também? Então faz favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer alguns esclarecimentos. O Rui Magalhães já teve oportunidade de esclarecer, mas é importante dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, foi criado o Banco do Voluntariado em Mirandela, foi aprovado o regulamento nesta Assembleia - não é o Banco Solidário, vamos separar claramente as situações - e nunca foi implementado.

Este regulamento que hoje apresentamos é o regulamento fac símile daquilo que o Conselho Nacional do Voluntariado nos solicitou porque, caso contrário, nós não assinamos o protocolo.

O voluntariado não surge por decreto nem por regulamento. Em Mirandela há imensos voluntários hoje, todos os dias, imensos voluntários que trabalham nas coletividades, tomam conta dos meus filhos, tomam conta dos filhos dos outros, levam-nos com eles, trabalham noutras áreas, há imensos voluntários.

No apoio a idosos nós temos imensos voluntários em Mirandela.

As paróquias fazem um trabalho de voluntariado impressionante e ninguém se dá conta, muitas das vezes porque é um trabalho de voluntariado e o trabalho de voluntariado não pode ser titulado. O Banco Solidário é uma estrutura diferente.

O Banco Solidário é uma estrutura de recolha alimentar e distribuição alimentar, dentro das regras que também assim estão estabelecidas. Naturalmente que deve ser apoiado por voluntários, deve ter uma característica voluntária, mas são coisas completamente diferentes. O que acontece é que nós não temos efetivamente um banco de voluntariado.

O banco de voluntariado tem que servir, em primeiro lugar como uma bolsa de voluntariado. É verdade, isso é fundamental, e cumpre-nos a nós - sendo que neste caso vai cumprir à Câmara, porque é ela que o está a implementar - fazer com que haja o maior número de voluntários, incentivar programas de voluntariado, em conjunto com a rede social, de maneira a que esse voluntariado surja. Mas também nos cumpre uma coisa: proteger o voluntário. E é o grande objetivo deste banco é que o voluntário tenha formação, que o voluntário tenha preparação e que tenha um enquadramento legal porque muitas das vezes o voluntário pode ter toda a boa vontade, chega a um equipamento, chega a um local - nos hospitais as coisas funcionam mais ou menos bem - e perguntarem: mas o que é que (o / a) senhor está aqui a fazer, qual é o seu papel e pelo menos as pessoas sabem que têm esse apoio. Isto é responder a uma questão legal em que estávamos ultrapassados.

O regulamento que nós tínhamos aprovado, não era adequado, assim nos foi transmitido pelo Conselho Nacional de Voluntariado.

Em segundo lugar, garantir a proteção daqueles que hoje já são voluntários, garantindo que estão enquadrados neste Conselho Nacional de Voluntariado.

Sabem que há hoje em dia, movimentos interessantes, até no sentido de garantir algum benefício fiscal e de saúde, aos voluntários, para incentivar o voluntariado, mas só se estiverem neste conceito e a partir de agora tentar que se transforme efetivamente, num banco de depósito de voluntários.

Não está institucionalizado, este é o momento, depois de o pormos no terreno, depois de assinarmos o protocolo com o Conselho Nacional e estar a funcionar, então aí vamos fazer a avaliação do que conseguimos ou não fazer, com este banco de voluntariado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento do Banco Local de Voluntariado.

PONTO 5 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos ao ponto seguinte, Ponto de Interesse para o Município.

O Senhor Deputado Pedro Fonseca pode dirigir-se à tribuna e usar da palavra.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez muito bom dia, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

Eu queria apenas aqui deixar uns reparos, relativamente à estrada municipal para o Rego de Vide, onde praticamente não se conseguem cruzar dois carros. Era necessário proceder a um arranjo urgente daquela estrada.

Para além disso e uma vez que está praticamente decorrido um ano, que aqui deixei esta preocupação e o Senhor Presidente da Câmara foi-me respondendo que não havia dinheiro e quando houvesse dinheiro queria reparar estas ruas. Refiro-me a umas ruas que existem na aldeia do Cachão que estão inacabadas e que servem cerca de 20 moradores, que praticamente não conseguem circular naquelas duas ruas. Refiro-me à rua Ribeirinha e a outra rua da parte antiga da aldeia.

Gostava de obter algum esclarecimento acerca desta promessa.

Para além disso, no bairro do Cachão, existe ainda uma situação muito preocupante, no que diz respeito a árvores de grande porte. Perto da casa n.º 24 existe uma árvore que atingiu dimensões que estão fora daquilo que é admissível.

Queria alertar para que a Câmara, junto da Protecção Civil ou dos Serviços Camarários, que procedesse de imediato a uma poda, para que aquela árvore deixasse de preocupar os moradores, uma vez que em períodos de maior vendaval, as pessoas não conseguem estar sossegadas com aquela situação.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Há bocado não quis falar propositadamente e não quero mexer com a consciência de ninguém mas todos ficamos sensibilizados e sensíveis com os problemas sociais, que cada um de nós conhece, dentro das nossas comunidades, quando sentimos qualquer problema social, especialmente quando lidamos com crianças, com jovens e com adolescentes.

É muito fácil da nossa parte apelar sempre a qualquer entidade oficial, à Junta de Freguesia, à Câmara Municipal ou à Misericórdia e esquecermos aquilo que cada um de nós individualmente poderá fazer.

Sem estar a querer dar lições a ninguém, queria apenas tornar públicas algumas experiências que têm passado por mim em conjunto com outras pessoas.

Na escola onde eu estou a trabalhar, em Pedras Salgadas, que por mero acaso sou o Presidente do Conselho Geral, temos feito algumas atividades para minorar essas situações. Isto é só para dar o exemplo que cada um de nós pode fazer muito, quer individualmente quer em conjunto com os outros.

Todas as atividades que fazemos – temos o projeto solidário –, ou no final de cada período, ou a nível de outras interrupções, são no sentido solidário.

Fizemos no Natal um sarau solidário no Auditório de Vila Pouca só com alunos e professores em que as pessoas entravam gratuitamente com a obrigatoriedade de levarem bens alimentares.

Além disso fizemos também dois sorteios e nós os professores e funcionários, andámos pelas casas comerciais a pedir e realizámos o sorteio de dois cabazes. As pessoas levavam os bens alimentares e era sorteado um cabaz, ao qual teriam que se habilitar, pagando um euro na escola. E entre colegas e funcionários sorteamos mais um cabaz, com o que se juntou bastante dinheiro.

Nos dias 12 e 13 de Março, vamos ter mais uma atividade a que nós chamamos o “livro solidário”, que consiste em fazer a recolha em casa dos alunos, - ou eles próprios levam para a escola - de livros em segunda mão e não podem ser em livros escolares. Este trabalho tem dois objetivos: a atribuição de um valor residual ao livro e proporciona aos alunos fazer a troca de livros. Ou seja, os alunos vão adquirir um livro que ainda não tinham lido em casa e isto proporciona a troca.

Na área da E.V.T. e de expressões, os alunos desenham quadros, no âmbito das suas atividades, que depois, ou são leiloados, ou são comprados pelos professores, ou por alunos.

O objetivo da minha intervenção é, se quando falamos em necessidades sociais, se pensamos naquilo que cada um de nós, estamos a fazer individualmente.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este auditório fica sempre contente quando temos jovens a assistir ou quando temos jovens a intervir. Este ano empenhei-me afincadamente e acho que vamos conseguir ter uma assembleia municipal de crianças e jovens aqui em Mirandela. É disto que eu vou falar.

Em parceria com várias instituições, com grandes esforços, não foi fácil até agora o caminho que já percorri desde o início do ano, mas neste momento estamos prontos para dar início àquilo que vai ser a Assembleia Municipal de Crianças e Jovens de Mirandela.

Nos próximos dias 06 e 07 de Março, vai realizar-se um seminário “Cidadania na Escola para um Futuro Melhor”. A organização parte da minha iniciativa e do Agrupamento de Escolas de Mirandela.

Vamos realizar no dia 06 de Março à tarde, na Torre de D. Chama, com o Agrupamento de Escolas de Torre D. Chama e com o apoio da sua Presidente da Junta que muito tem apoiado neste projeto. Vai estar também presente a Dr.ª Simoneta Luz Afonso, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, que em parceria está a trabalhar conosco, para que este projeto seja uma realidade, aqui em Mirandela.

Vamos falar dos órgãos locais e depois, um dos temas em que os miúdos vão trabalhar, principalmente os de 5.º e 6.º anos, vai ser: “2013 o Ano Internacional para a Cooperação pela Água”. E vamos ter a colaboração da Dr.ª Sandra Sarmento, da ARH do Norte, que também nos vai brindar com uma apresentação sobre o tema.

No dia 07 de Março, vai ser aqui em Mirandela, neste Auditório, de manhã e iremos ter a presença do nosso Presidente da Assembleia, “Dr. Pavão”. O tema é o mesmo, mas como vamos ter aqui alunos da Escola Secundária, esses alunos vão trabalhar um outro tema, que tem tudo a ver com o que está a ser desenvolvido nas aulas de físico-química, que é: “A eficiência Energética na Iluminação Pública” e sobre o mesmo vai falar um Engenheiro da UTAD.

Entre estes dois dias e como nós gostamos, é no meio destas graças todas e desta tristeza, que é cantada pelo nosso fado português, vamos também ter um sarau, onde convidava toda a gente a participar, que se vai realizar na Torre D. Chama.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão aqui referida pela deputada Fernanda Cerqueira também constava dos meus apontamentos.

É só para dizer que é uma iniciativa muito interessante, que vai convocar a participação do Agrupamento de Mirandela, da Junta de Freguesia de Torre D. Chama, da Junta de Freguesia de Mirandela, da Assembleia Municipal de Mirandela e obviamente, com o apoio e colaboração da Câmara Municipal de Mirandela, além da Assembleia Municipal de Lisboa que penso também tem aqui um papel fundamental na realização desta Assembleia Municipal de Jovens, que vai decorrer em Torre D. Chama e em Mirandela.

Queria também informar o plenário (penso que já foi enviada informação nesse sentido) que no dia 06 de Abril, neste Auditório, vai também ter lugar o II Seminário das Assembleias Municipais, com o tema “As Assembleias Municipais Como Escolas de Cidadania”.

Eu estive recentemente, no dia 02 de Fevereiro, na Jornada Luso Galaica sobre autarquias locais, que decorreu em Monção. Nesse dia foi aberto um núcleo do Núcleo de Estudos do Direito das Autarquias Locais da Universidade do Minho, que tem a intenção, caso o município de Mirandela o aceite, de também instalar em Mirandela um núcleo do núcleo de estudos do Direito das Autarquias Locais e que investigue e estude as questões do poder local, mais no interior norte de Portugal.

Relativamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, da qual sou o atual Presidente, na reunião da Comissão Alargada, foi sugerida à Assembleia Municipal de Mirandela a indicação de um novo nome para fazer parte da Comissão Alargada, na medida em que, nos termos da lei, fazem parte dessa comissão quatro elementos designados pela Assembleia Municipal de Mirandela.

A Assembleia na altura decidiu, e creio que bem, havendo quatro grupos municipais, que cada grupo municipal teria que indicar um elemento. Não teriam que ser forçosamente da Assembleia Municipal mas na altura entendeu-se assim e volto a dizer, “muito bem”.

Acontece que o Deputado municipal Pedro Fonseca, segundo informações que foram prestadas nessa Comissão Alargada, nunca compareceu a qualquer reunião da Comissão Alargada nem sequer justificou as suas faltas.

Como tal, eles sugeriram que a Assembleia designasse alguém, em substituição do Deputado da CDU Pedro Fonseca e, salvo melhor entendimento, julgo e tendo até em conta a composição desta Assembleia Municipal e a sua representação em termos políticos, que provavelmente teria sentido indicar mais um elemento do PSD, embora, obviamente se possa acolher outra sugestão.

É só, muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer comentar estas intervenções.

Presidente da Câmara Municipal:

Não queria que ficasse sem resposta alguma das perguntas que aqui foram colocadas, nomeadamente pelo Pedro Fonseca.

Em relação ao Rego de Vide, nós temos um esquema de circulação que faz um programa de limpeza das bermas das estradas e faz um seguimento natural. Não lhe sei dizer quando está previsto para Rego de Vide mas no momento certo aparecerá essa equipa que em permanência circula pelas nossas estradas municipais.

Sobre a rua da Estação, naturalmente que nós temos todo o interesse em fazer esse trabalho, mas também é bom enaltecer que quem tem hoje por fazer essa rua, gastou um milhão de euros a fazer saneamento, água e calçetamento, na aldeia do Cachão “Vila Nordeste”.

É importante entender o esforço que ali foi realizado e não apontar para aquilo que ainda falta fazer.

Dizer que efetivamente foi gasto muito mais dinheiro do que em grande parte das freguesias foi possível gastar para um tipo de saneamento desta forma.

Nós vamos tentar e continuamos com o mesmo esforço porque o nosso objetivo é que haja infraestruturas.

Foi construída uma ETAR, por nossa insistência. Hoje os efluentes são todos tratados e iremos tentar, porque neste momento, como disse, nós estamos a tentar cumprir aquelas determinações da redução da dívida, da manutenção dos compromissos e às vezes não é possível, sem financiamento, fazer estas intervenções.

Quanto à árvore de grande porte que falou, já tinha sido informada pela Junta de Freguesia, a Câmara Municipal, a Protecção Civil já foi lá ao local e já fez a avaliação, pelo que esse assunto está a ser acompanhado. De qualquer maneira, a decisão que for tomada será aquela que proteja as populações.

Julgo que diretamente à Câmara Municipal não foi colocada mais qualquer questão.

Gostaria apenas de enaltecer aqui as atividades que têm vindo a ser realizadas por esta Assembleia Municipal. Como Assembleia Municipal é importante que o órgão e aqueles que o integram participem nestas atividades e também nas outras.

Temos um mês bastante ativo com a feira da alheira e outras atividades que reportava como importantes.

Celebram-se os 50 anos duma instituição que em Mirandela julgo que representa muito daquilo que é a nossa cultura, que é o Rancho de São Tiago, celebra durante esta semana algumas atividades. No dia 23 terá aqui uma sessão de cantares e de apresentação mas no dia 26 tem uma sessão nobre de receção na Câmara Municipal.

E quando nós reconhecemos a importância das instituições, principalmente ao longo dos anos que elas trabalharam em favor das nossas populações e das nossas pessoas, penso que é importante que nós institucionalmente participemos nessas atividades.

Faço apenas um apelo para estarem atentos ao que são as atividades. Nós ontem distribuimos uma Newsletter em que são quase 30 os convites que lá vão.

Participem, animem-se e façam de Mirandela aquilo que ela é: uma cidade animada, uma cidade viva e principalmente uma cidade de alegria que é o que nós queremos para os Mirandelenses e para aqueles que nos visitam.

O meu apelo é, portanto, que participem, envolvam-se, andem na rua e mostrem também que nós em Mirandela andamos na rua.

Termino com uma saudação, que sendo interna, acho que é interessante.

Recebemos hoje a confirmação da certificação de todos os serviços da Câmara Municipal de Mirandela, por isso, a partir de agora temos a bandeira da "Qualidade" na nossa Câmara.

Muito obrigado.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Segundo período de intervenção dos Senhores Múncipes.

Há algum Senhor Múncipe presente?

Quer utilizar da palavra? Faz favor.

Múncipe Wanderley Conceição Antunes:

Mais uma vez muito bom dia, venho cá só para agradecer.

Só tenho a dizer duas coisas:

Foram aqui debatidos dois temas que eu acho muito importantes que foi o desemprego e o caso do voluntariado. Foi dito que o voluntariado, faz quem quer. No meu ver não é bem assim, na realidade faz quem quer, mas também tem que ser feito por todos.

Temos que reunir, temos que unir, para podermos ter bons resultados.

O voluntariado é um trabalho muito bom mas tem também que ser feita uma campanha muito intensiva. Todos nós temos a responsabilidade de poder incentivar, de poder alargar o horizonte.

Todos temos o dever de passar essa mensagem a todos os jovens. Muitos jovens, muitas vezes querem participar no voluntariado mas não têm informações básicas necessárias para poderem ingressar nesta área.

Só tenho a agradecer a todos. Gostei muito e muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também ao Wanderley.

Claro que a Assembleia, e a Mesa, teve aqui uma abertura regimental, pela utilização da palavra que provavelmente não se integrará muito bem mas nós apreciamos a espontaneidade e o espírito do jovem.

Espero que seja útil para o seu país, que dê o seu contributo também à terra e nós saberemos reconhecer.

Antes de terminar, pedia aos Senhores Deputados o favor de terem em consideração aquela carta que receberam para ver se colocávamos rapidamente esse registo histórico da Assembleia de Mirandela e pedia à Senhora D. Natividade se depois também se preocupava em o receber o mais cedo possível.

Claro que as fotografias serão devolvidas logo que possível.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 12 horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO